

Banco Pan

Informações Trimestrais Consolidadas– 1T2014

05 de maio de 2014

Banco Pan

Relatório da Administração – 1T14

05 de Maio de 2014

SENHORES ACIONISTAS

A Administração do Banco Panamericano S.A. (“Pan”, “Banco” ou “Companhia”) e suas subsidiárias submetem à apreciação dos Senhores o Relatório da Administração e as correspondentes Informações Trimestrais relativos ao trimestre encerrado em 31 de março de 2014, acompanhados do Relatório dos Auditores Independentes. As Informações Trimestrais apresentadas estão em conformidade com as normas estabelecidas pelas Leis 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil (“Bacen”), pela Comissão de Valores Mobiliários, pela Superintendência de Seguros Privados, pelo Conselho Nacional de Seguros Privados e demais normas estatutárias.

ACORDOS OPERACIONAIS E COMERCIAIS

Por ocasião da entrada do Banco BTG Pactual S.A. (“BTG Pactual”) no bloco de controle do Pan e para reiterar seu compromisso de manutenção da parceria estratégica, a Caixa Econômica Federal (“Caixa”) firmou com o Banco, com a interveniência do BTG Pactual, em 31 de janeiro de 2011, um novo Acordo de Cooperação Operacional com entrada em vigor após a conclusão da transferência do controle e prazo de 8 anos, podendo ser prorrogado, para suporte à Companhia. Dentre as medidas previstas, com influência direta sobre a estrutura de capital e de liquidez do Pan, destacam-se: (i) o comprometimento da Caixa em adquirir créditos da Companhia, sob determinados parâmetros, sempre que esta desejar cedê-los, sem coobrigação, até o limite de R\$8,0 bilhões; e (ii) o reforço de liquidez através de operações interbancárias suportadas por limite de crédito de R\$2,0 bilhões. Estas operações são realizadas em condições de mercado.

Em 25 de abril de 2012, o BTG Pactual e a Caixa aditaram o Acordo de Cooperação Operacional assinado em 31 de janeiro de 2011 para, entre outras disposições, formalizar que o BTG Pactual, ou suas afiliadas, aplique, observada a legislação, recursos adicionais em depósitos interfinanceiros, certificados de depósito bancário ou letras de crédito imobiliário de emissão do Pan.

Para fortalecer e aprimorar a nova estratégia de negócios da Companhia e as operações no mercado imobiliário decorrentes da aquisição da Brazilian Finance & Real Estate S.A. (“BFRE”), o Pan e a Caixa celebraram, também em 25 de abril de 2012, um acordo comercial por meio do qual a Caixa adquire, mediante solicitação da Companhia, letras de crédito imobiliário emitidas pelo Pan ou por companhia hipotecária por ele controlada, conforme o caso. Esse acordo comercial passou a vigorar pelo prazo de 7 anos a partir da conclusão da aquisição da BFRE, em 19 de julho de 2012.

Em 13 de setembro de 2012, a Caixa e o Pan firmaram, com a interveniência e anuência da Caixa Participações S.A. (“Caixapar”) e do BTG Pactual, entre outros, um acordo operacional que estabelece um regime de cooperação mútua para a estruturação, distribuição e comercialização de produtos e serviços, incluindo a elaboração e implementação conjunta de planos de desenvolvimento de produtos e serviços das duas instituições. Seus objetivos são criar sinergias e aproveitar oportunidades de ampliação dos portfólios de produtos, entre outras, tendo em vista a complementaridade dos parceiros.

Por fim, em 17 de abril de 2013, a Caixa e o Pan firmaram outro acordo comercial, desta vez para: (i) divulgação de produtos da Caixa através dos canais de distribuição do Pan; e (ii) originação pelo Pan, para a Caixa, de créditos imobiliários junto a clientes de alta renda.

Os diversos acordos operacionais e comerciais firmados desde a formação do atual bloco de controle do Pan, entre este e seus acionistas controladores, Caixa e BTG Pactual, demonstram não apenas o forte e reiterado suporte que os controladores têm disponibilizado para a Companhia, como também a complementaridade e alinhamento de interesses entre os três.

AMBIENTE ECONÔMICO

Com relação à atividade econômica, o PIB do 4º trimestre de 2013 avançou 0,7% em relação ao trimestre anterior, após ajustes para efeitos sazonais, e expandiu-se 1,9% em relação ao mesmo período de 2012. Com este resultado, o PIB expandiu-se 2,3% em 2013, após ter crescido apenas 1,0% em 2012. Do lado da oferta, o setor de serviços registrou o melhor desempenho, com crescimento de 0,7% em relação ao trimestre anterior e 1,8% em relação ao mesmo período de 2012, acelerando em relação ao observado no 3º trimestre, quando apresentou crescimento de 0,2% em relação ao mesmo trimestre do ano anterior. Entre as atividades de serviço destacaram-se os serviços de informação e financeiros com aumentos de 4,8% e 2,0%, respectivamente. Entretanto, na maioria dos demais segmentos, o crescimento ficou abaixo de suas tendências históricas. Já a indústria de transformação teve o pior resultado, com redução de 0,7% em comparação ao trimestre anterior, embora tenha crescido 1,5% em relação ao mesmo período de 2012. Do lado da demanda, o destaque mais uma vez ficou com o consumo privado que cresceu 0,7% em relação ao 3º trimestre e 1,9% em relação ao mesmo trimestre de 2012. Já os investimentos ficaram praticamente estáveis em comparação ao trimestre anterior, com apenas 0,3% de aumento, mas encerrando 2013 com sua maior expansão anual, registrando crescimento de 6,3%. O consumo do governo expandiu-se pelo terceiro trimestre consecutivo, apresentando crescimento de 0,8% em relação ao trimestre anterior, enquanto o setor externo também obteve um resultado positivo com as exportações, que apresentaram crescimento de 0,4% em relação ao 3º trimestre, superando as importações, que reduziram 0,1% em relação ao trimestre anterior.

No setor externo, o saldo em conta corrente registrou déficit de US\$7,4 bilhões em fevereiro. Apesar de este resultado ter superado ligeiramente as expectativas, os números do balanço de pagamentos não foram muito animadores, inclusive na conta financeira. Neste sentido, ressaltamos que os investimentos diretos permanecem bastante dependentes dos empréstimos intercompanhias e que as retiradas líquidas de recursos em *equities* não apoiam a idéia de recuperação de credibilidade na economia brasileira pelo investidor estrangeiro, que tem preferido os instrumentos de renda fixa. Entretanto, mesmo com os aspectos qualitativos do balanço de pagamentos inspirando cautela, a entrada líquida de recursos de US\$3,1 bilhões, foi positiva.

Sobre a inflação, o IPCA de março ficou em 0,9% levando a inflação acumulada em 12 meses para 6,2%. As maiores pressões no índice ficaram por conta dos grupos “alimentação no domicílio” e “tarifas aéreas”, que juntos mais do que compensaram a deflação observada nas “tarifas telefônicas”. Notamos que a inflação nos grupos com preços livres ficou em 1,2% em comparação com o mês anterior, enquanto nos grupos com preços administrados houve pequena deflação de 0,02% em comparação com fevereiro de 2014. Adicionalmente, as medidas de núcleo e o índice de difusão registraram resultados desfavoráveis em março.

No mercado de trabalho, a taxa de desemprego caiu de 5,1% em fevereiro para 5,0% em março, com isso, a taxa de desemprego atingiu mais uma vez seu menor nível mensal desde o início da série em 2002. Com ajuste sazonal a taxa também teria caído de 5,0% para 4,9%. Notamos, entretanto, que, pelo quinto mês consecutivo, houve retração da População Economicamente Ativa (PEA) e da taxa de participação, que segue abaixo da média histórica. Na medida em que contribui para a manutenção das baixas taxas de desemprego, a queda na taxa de participação tem chamado atenção de analistas, pois no atual contexto de aperto, ainda nos parece difícil concluir que o desalento seja o principal motivo dessa redução, o que normalmente acontece quando a queda na participação ocorre em um contexto de alto desemprego. Com o crescimento real da renda das famílias observado ao longo dos últimos anos é possível que o custo de oportunidade do trabalho tenha aumentado em certos grupos. Em março, o rendimento médio real caiu 0,3% em relação ao mês anterior, o que, somado à queda na população empregada, fez com que a massa de rendimentos voltasse a cair. De qualquer forma, rendimento e massa continuaram registrando ganhos de 3,0% e 4,0%, respectivamente, em comparação com o mesmo período de 2013.

Em relação ao mercado de crédito, os dados de fevereiro confirmaram as principais tendências observadas ao longo de 2013.

Os saldos das operações de crédito registraram crescimento de 14,7% na comparação anual, frente ao crescimento de 14,8% registrado em janeiro, com o crédito direcionado crescendo 24,9% e o crédito livre 25,3% em relação ao mesmo período do ano anterior, comparados aos crescimentos de 25,3% e 7,5% observados em janeiro. Após retrações em janeiro, as médias diárias de novas concessões, em comparação com o mês anterior, aceleraram 18,5% para pessoas jurídicas e 12,1% para pessoas físicas. Com relação aos aspectos qualitativos, notamos que, em linha com o ciclo de alta da Selic, as taxas de juros do crédito livre voltaram a subir de 22,8% para 23,1% para pessoas jurídicas e de 39,9% para 41,2% para pessoas físicas. Já a inadimplência no crédito livre subiu marginalmente, de 3,2% para 3,3%, entre as pessoas jurídicas e caiu de 6,6% para 6,5%, nas operações com pessoas físicas.

Sobre a situação fiscal, o superávit consolidado do setor público atingiu R\$2,1 bilhões em fevereiro, fazendo com que o superávit acumulado em 12 meses alcançasse 1,8% do PIB em comparação ao 1,7% registrado em janeiro. O resultado nominal de fevereiro registrou um déficit de R\$9,5 bilhões. Com este, a razão dívida líquida/PIB evoluiu para 33,9%, acima dos 33,3% observados em janeiro, mas abaixo dos 35,7% registrados em fevereiro de 2013. Já a dívida bruta, caiu para 57,5% do PIB em comparação aos 58,1% do mês anterior.

Finalmente, ressaltamos que o Copom deu prosseguimento ao ciclo de aperto monetário durante o 1º trimestre de 2014, elevando a taxa Selic para 10,75% a.a. na reunião de fevereiro. Lembramos que em sua reunião de abril o Copom decidiu, por unanimidade, elevar a Selic em mais 25 pontos-base, para 11% a.a.

PRINCIPAIS RESULTADOS

Mesmo neste contexto de desempenho moderado da atividade econômica, gradual redução da inadimplência dos indivíduos e política monetária mais restritiva, a originação de ativos de crédito¹, teve crescimento sensível em relação ao mesmo trimestre do exercício anterior, mantendo sua trajetória de crescimento no longo prazo. Assim, a originação média mensal de créditos foi de R\$1.237,1 milhões no 1º trimestre de 2014, 14,4% superior aos R\$1.081,7 milhões do 1º trimestre de 2013, e 8,6% abaixo dos R\$1.353,4 milhões do 4º trimestre de 2013 em função da sazonalidade do primeiro trimestre e da substituição do sistema de originação do crédito imobiliário, como já foi feito em outros produtos do Banco visando melhorias no processo. O crescimento da produção no 1º trimestre de 2014 em relação ao mesmo período do ano anterior foi impulsionado principalmente pela maior originação de créditos consignados e imobiliários, que registraram crescimento de 81,4% e 15,4%, respectivamente.

A Carteira Total de Crédito era de R\$16.206,8 milhões ao final do 1º trimestre de 2014, 3,4% maior do que a carteira de R\$15.675,5 milhões em dezembro de 2013 e 15,8% maior do que os R\$13.999,5 milhões de março de 2013. Este valor inclui: (i) a carteira de créditos retida no Banco, de R\$15,7 bilhões; (ii) os créditos cedidos com coobrigação, no montante de R\$369,9 milhões; (iii) o saldo das operações de leasing, de R\$108,6 milhões; e (iv) o saldo das operações de avais e fianças, no valor de R\$20,4 milhões. Em 31 de março de 2014, o Pan possuía aplicações em títulos privados no valor de R\$29,9 milhões. Assim, a Carteira Total de Crédito Expandida, incluindo tais operações, atingiu R\$16.236,7 milhões no final do 1º trimestre de 2014.

O saldo da carteira de crédito com resultado retido, que exclui da carteira total os créditos cedidos com coobrigação e, desta forma, fornece a medida da carteira que rende receitas de juros para a Companhia, por sua vez, manteve crescimento superior ao da Carteira Total de Crédito, como tem acontecido à medida que as carteiras cedidas com coobrigação no passado vencem, tendo atingido R\$15.836,9 milhões no fim do 1º trimestre, com crescimento de 4,3% em relação ao trimestre anterior e de 21,6% em relação ao mesmo trimestre de 2013.

¹ A partir do 1º trimestre de 2014, os dados de originação de ativos passam a contemplar o valor total financiado.

O crédito para Pessoas Físicas correspondia a 78,8% da carteira total em março de 2014, mostrando diversificação ligeiramente maior de negócios em relação à participação de 79,5% do crédito para Pessoas Físicas registrada no final de março de 2013.

Financiamento de Veículos

Segundo o Bacen, o saldo de crédito para aquisição de veículos (CDC PF) totalizou R\$190,0 bilhões no 1º trimestre de 2014, registrando queda real de 3,6% em relação ao último trimestre de 2013 e de 7,2% ante o mesmo período de 2013. A modalidade representa 25,3% do saldo de crédito livre destinado às famílias. Já a carteira de leasing, que representa 0,8% do saldo de crédito para as famílias, continua se retraindo e registrou queda real de 24,0% em relação ao último trimestre de 2013 e de 60,3% nos últimos doze meses.

A taxa de inadimplência acima de 90 dias nos financiamentos de veículos (CDC PF) atingiu 5,0% no 1º trimestre de 2014, registrando quedas de 0,2p.p. e 1,3p.p. no ano e em relação ao mesmo período do ano de 2013, respectivamente. Destaca-se que a máxima histórica do indicador foi alcançada em junho de 2012 (7,2%), tendo recuado gradativamente desde então.

No primeiro trimestre de 2014, as taxas de juros para aquisição de veículos cobradas das famílias atingiram 23,5% a.a., recuo de 2,2p.p. no ano e avanço de 3,8p.p. em doze meses.

De acordo com a Fenabreve, foram vendidas 3,1 milhões de unidades de veículos leves (automóveis e comerciais leves novos e usados) no 1º trimestre de 2014, avanço de 9,0% em relação ao mesmo período de 2013, com a comercialização de usados avançando 13,1% e as vendas de novos registrando queda de 1,7%. Na comparação com o trimestre anterior houve avanço de 6,6% no mercado de veículos usados e recuo de 1,2% no segmento de novos (dados com ajuste sazonal).

Já as vendas de veículos pesados (ônibus e caminhões) atingiram 127,1 mil unidades no 1º trimestre de 2014, registrando recuo de 2,3% em relação ao mesmo trimestre do ano passado, com queda de 10,4% no segmento de novos e expansão de 1,7% no mercado de usados. Na comparação com o trimestre anterior, houve recuo de 12,3% no mercado de pesados novos e de 0,8% no segmento de pesados usados (dados ajustados sazonalmente).

Ainda de acordo com a Fenabreve, as vendas de motos no 1º trimestre de 2014 totalizaram 1,0 milhões de unidades, incluindo novas e usadas, com avanço de 10,2% em relação ao mesmo trimestre do ano anterior (queda de 3,8% no segmento de motos novas e alta de 14,3% no mercado de usadas). Na comparação com o trimestre anterior, houve avanço de 4,4% no mercado de motos novas e alta de 4,8% no segmento de motos usadas (dados ajustados sazonalmente).

O financiamento de veículos continuou sendo o principal mercado de atuação da Companhia. Foram concedidos R\$1.559,9 milhões em novos financiamentos no 1º trimestre de 2014, incluindo as operações de arrendamento mercantil, valor 12,7% menor do que os R\$1.786,3 milhões originados no trimestre anterior e 0,2% menor do que os R\$1.560,2 milhões originados no 1º trimestre de 2013, em função do momento do mercado.

O Banco está ativamente presente em 7.148 concessionárias autorizadas e lojas multimarcas de veículos novos e usados, com alto grau de pulverização da origem dos financiamentos, onde os 10 maiores grupos de concessionárias e revendedoras respondem por apenas 13,4% da origem total. Sua estratégia em veículos levestem sido orientada pela busca de participação relevante tanto no segmento de automóveis novos como no de usados. Neste sentido, cabe destacar que, no 1º trimestre de 2014, o financiamento de automóveis nas concessionárias respondeu por 56,5% dos financiamentos de veículos leves e 45,9% do financiamento total de veículos no período, percentuais comparados, respectivamente, aos 57,3% e 46,5% do trimestre anterior e aos 59,1% e 48,0% do 1º trimestre de 2013.

Os financiamentos de veículos pesados tiveram produção média mensal de R\$38,5 milhões no 1º trimestre de 2014, 3,1% acima do trimestre anterior e 1,0% abaixo do 1º trimestre de 2013. Os financiamentos de motos, por sua vez, tiveram produção média mensal de R\$58,4 milhões no 1º trimestre de 2014, 21,5% abaixo do trimestre anterior e 1,8% abaixo do 1º trimestre de 2013, acompanhando a desaceleração do mercado de motos novas.

A atual administração do Pan trabalha desde o seu início no aprimoramento dos modelos de aprovação, sistemas e processos de crédito do Banco. Como fruto deste trabalho, vem sendo alcançada uma melhoria substancial da qualidade das carteiras originadas, como demonstram os indicadores antecedentes de qualidade das safras originadas desde o 2º semestre de 2011.

Crédito Pessoal

De acordo com o Bacen, o saldo de crédito pessoal total (consignado e não-consignado) totalizou R\$329,9 bilhões no primeiro trimestre de 2014, acumulando alta real de 1,0% em relação ao trimestre anterior e avanço de 6,5% em relação ao mesmo período de 2013. A modalidade representa 44,0% do saldo de crédito livre para as famílias.

A carteira de crédito consignado atingiu R\$229,6 bilhões no primeiro trimestre de 2014, registrando variações reais de 1,3% e 8,8% em relação ao trimestre anterior e no comparativo anual, respectivamente. Dentre os três segmentos que compõem o crédito consignado, o estoque de crédito para servidores públicos foi o que registrou maior expansão real anual (+9,6%), seguido por beneficiários do INSS (+8,9%) e trabalhadores privados (+2,5%). Destaca-se que os empréstimos para servidores públicos representam 61,6% do estoque de crédito consignado total.

Já o saldo de crédito pessoal não-consignado alcançou R\$100,3 bilhões, registrando avanço real de 0,4% em relação ao 4º trimestre de 2013 e expansão de 1,7% em doze meses.

A taxa de inadimplência acima de 90 dias atingiu, no primeiro trimestre de 2014, 3,9% do saldo de crédito pessoal total, com recuo de 0,1p.p. em relação ao 4º trimestre de 2013 e de 0,6p.p. e nos últimos 12 meses. A queda no índice agregado foi determinada pelo comportamento dos atrasos do segmento sem consignação, que atingiram 6,8% no 1º trimestre de 2014, recuo de 1,6p.p. em doze meses. Já a taxa de inadimplência da modalidade com consignação em folha de pagamentos atingiu 2,6%, recuo de 0,1p.p. em relação ao 1º trimestre de 2013, com destaque para a queda de 0,8p.p. no segmento privado na mesma base de comparação, atingindo 5,3%.

O Pan concedeu R\$1.051,1 milhões em novos créditos consignados no 1º trimestre de 2014, valor 9,2% maior do que os R\$962,2 milhões do trimestre anterior e 81,4% acima dos R\$579,3 milhões originados no 1º trimestre de 2013. Os segmentos de crédito pessoal e crédito direto ao consumidor responderam pela concessão de R\$125,3 milhões em novos financiamentos entre janeiro e março, com redução de 6,9% em relação ao trimestre anterior e de 11,6% em relação ao mesmo trimestre de 2013.

Cartões

A base de cartões de crédito fechou o 1º trimestre de 2014 com 1,8 milhões de plásticos. Foram emitidos neste trimestre 37,9 mil novos cartões de crédito convencionais e 14,7 mil novos cartões de crédito consignado. O volume transacionado com os cartões de crédito Pan atingiu o montante de R\$679,0 milhões no 1º trimestre de 2014, 14,3% maior do que no mesmo período de 2013.

As despesas de provisão para créditos de liquidação duvidosa de cartões e as despesas administrativas tiveram redução de 5,8% e de 6,4%, respectivamente, em relação ao trimestre anterior.

Empresas

De acordo com o BACEN, o saldo de crédito livre para empresas totalizou R\$752,8 bilhões no 1º trimestre de 2014, registrando recuo real de 3,5% em relação ao 4º trimestre de 2013 e de 0,3% em doze meses. Esta carteira representa, atualmente, 15,3% do PIB, recuo de 0,6p.p. em doze meses. Dentre as modalidades de financiamento às empresas, a carteira de capital de giro totalizou R\$381,7 bilhões, representando 50,7% do saldo de crédito PJ.

A taxa de inadimplência acima de 90 dias do crédito livre para as empresas representou 3,3% da carteira de crédito no 1º trimestre de 2014, registrando alta de 0,2p.p. na comparação com o 4º trimestre de 2013, e recuo de 0,3p.p. no comparativo anual. Os atrasos no segmento de capital de giro registraram queda de 0,1p.p. em doze meses, atingindo o patamar de 3,7% no primeiro trimestre de 2014.

A concessão de novos financiamentos do Pan para empresas foi de R\$771,2 milhões no 1º trimestre de 2014, valor 11,1% abaixo dos R\$867,8 milhões do trimestre anterior e 2,0% abaixo dos R\$787,2 milhões do 1º trimestre de 2013. Vale destacar o impacto da sazonalidade na origemação desta linha de negócio.

Desta forma, a carteira de crédito para empresas, incluindo avais e fianças, atingiu R\$3.363,3 milhões no final de março, com aumento de 2,9% em relação ao trimestre anterior e expansão de 26,2% em relação ao 1º trimestre de 2013. O saldo das operações em dólares de ACC era de R\$330,3 milhões no final de março de 2014, contra R\$411,6 milhões no final de dezembro, representando uma redução de 19,8% no trimestre, e R\$388,9 milhões no 1º trimestre de 2013, representando decréscimo de 15,1% em relação ao mesmo período de 2013.

A carteira de crédito expandida para empresas, incluindo as aplicações em títulos privados no valor de R\$29,9 milhões, atingiu R\$3.393,2 milhões no final do 1º trimestre de 2014.

Crédito Imobiliário

O saldo de crédito imobiliário PF (taxas livres+taxas reguladas) totalizou R\$360,8 bilhões no 1º trimestre de 2014, crescimento real de 3,4% em relação ao trimestre anterior e alta de 24,1% em relação ao mesmo período de 2013. Desse total, R\$323,4 bilhões correspondem a recursos com taxas reguladas, com crescimento de 3,8% e 23,8% em relação ao 4º trimestre de 2013 e em doze meses, respectivamente. O saldo de crédito imobiliário contratado a taxas de mercado atingiu R\$37,4 bilhões, crescimento real de 0,4% em relação ao 4º trimestre de 2013 e de 26,2% em doze meses. A modalidade conta com uma das menores taxas de atrasos do segmento de financiamento para as famílias, a inadimplência total (over 90) atingiu, no primeiro trimestre de 2014, 1,8% da carteira de crédito imobiliário, avanço de 0,2p.p. na comparação com o 4º trimestre de 2013 e recuo de 0,4p.p. em doze meses. No primeiro trimestre de 2014, o crédito imobiliário PF correspondeu a 7,3% do PIB, avanço de 1,2p.p. nos últimos doze meses.

O Pan originou R\$203,8 milhões em financiamentos imobiliários no 1º trimestre de 2014, volume 15,4% superior ao do mesmo trimestre do ano anterior, sendo: (i) R\$202,6 milhões em créditos concedidos para pessoas físicas dos quais R\$112,2 milhões em operações de refinanciamento (Crédito Fácil), R\$87,0 milhões para a aquisição de imóveis e R\$3,4 milhões em outras modalidades; e (ii) R\$1,2 milhões em créditos adquiridos pela Brazilian Securities Companhia de Securitização ("Brazilian Securities") para securitização. Na comparação com o trimestre anterior, a origemação do 1T14 foi impactada pela sazonalidade e pela mudança de sistemas internos, como já ocorreu durante o processo de melhoria de outras linhas de negócio do Banco, sendo 34,3% inferior.

A carteira de crédito imobiliário atingiu R\$602,2 milhões no final de março. Este valor é 7,1% menor do que o saldo da carteira de R\$648,3 milhões acumulada no final do trimestre anterior e 29,7% maior do que o saldo da carteira de R\$464,2 milhões no 1º trimestre de 2013.

Seguros

Os prêmios de seguros totalizaram R\$49,3 milhões no 1º trimestre de 2014, apresentando um crescimento de 21,5% quando comparados aos prêmios de R\$40,5 milhões do trimestre anterior e 16,9% maiores do que os prêmios de R\$42,2 milhões do mesmo trimestre de 2013.

Os principais produtos da Panamericana de Seguros S.A. (“Pan Seguros”, “Seguradora”) no trimestre foram: (i) o seguro de proteção financeira (Pan Protege), cujos prêmios totalizaram R\$28,9 milhões, ou 58,8% do total; (ii) o seguro DPVAT, que correspondeu a 33,0% do total, ou R\$16,3 milhões; (iii) o seguro de acidentes pessoais (cartões), que representou 3,9%, ou R\$ 1,9 milhão, (iv) o seguro habitacional, que representou 3,1%, ou R\$1,5 milhão e (v) os consórcios, que representaram 0,8% ou R\$0,6 milhão.

As despesas administrativas da Seguradora foram de R\$6,6 milhões, apresentando uma elevação de 37,2% em relação ao trimestre anterior e de 200,0% em relação ao mesmo período de 2013, principalmente em razão dos custos com ampliação da estrutura. Desta forma, o resultado operacional da Seguradora foi de R\$20,1 milhões no 1º trimestre de 2014, com decréscimo de 19,8% se comparado ao trimestre anterior, que foi de R\$24,9 milhões, e aumento de 23,9% em relação ao resultado de R\$16,2 milhões no mesmo trimestre de 2013.

O Lucro Líquido consolidado da Pan Seguros no 1º trimestre de 2014 foi de R\$12,9 milhões, com redução de 42,7% em relação ao resultado de R\$22,5 milhões apresentado no 4º trimestre de 2013, e aumento de 7,5% em relação ao mesmo trimestre de 2013.

Em função da distribuição de dividendos de R\$55,0 milhões existentes na conta de reservas estatutárias, o Patrimônio Líquido da Seguradora encerrou o 1º trimestre de 2014 em R\$137,1 milhões, comparado a R\$181,3 milhões no 4º trimestre de 2013 e R\$148,6 milhões no 1º trimestre de 2013.

Captação de Recursos

Os recursos captados totalizaram R\$18,3 bilhões em março de 2014, 3,5% acima do saldo de R\$17,7 bilhões no final do 4º trimestre de 2013 e 22,3% acima do saldo de R\$15,0 bilhões no final do 1º trimestre de 2013, acompanhando as necessidades de financiamento dos ativos. Dentre as principais fontes de captação, destacaram-se: (i) os depósitos a prazo e interbancários, que representavam 53,0% do total, ou R\$9,7 bilhões; (ii) as letras financeiras, que representavam 13,9% do total, ou R\$2,5 bilhões; (iii) as letras de crédito imobiliário e do agronegócio, que correspondiam a 12,7% do total, ou R\$2,3 bilhões; (iv) as emissões de títulos no exterior, no valor de R\$1,9 bilhões, representando 10,3% do total; (v) os empréstimos no Brasil e exterior, que correspondiam a 2,4% do total, ou R\$447,5 milhões e (vi) as cessões de créditos com coobrigação, que correspondiam a 2,0% do total, ou R\$369,9 milhões.

Auxiliado pela melhor percepção de risco decorrente da sua nova estrutura de controle acionário, o Banco vem conseguindo reduzir seus custos de captação, praticando taxas competitivas de mercado na emissão de novos certificados de depósitos a prazo. Como consequência, o saldo de captações através de depósitos a prazo com garantia especial do Fundo Garantidor de Créditos (“DPGE I”) apresentou uma redução significativa, terminando o 1º trimestre de 2014 em R\$228,7 milhões, 46,2% abaixo dos R\$425,2 milhões do final do 4º trimestre de 2013 e 56,3% abaixo dos R\$523,8 milhões do 1º trimestre do ano anterior.

O saldo de captações através de cessões de carteiras de crédito com coobrigação vem sendo gradualmente reduzido à medida que as carteiras cedidas no passado vencem, e que o Pannão realizou mais tais cessões sob a atual administração. Assim, o saldo de R\$369,9 milhões em carteiras cedidas com coobrigação ao final do 1º trimestre representou uma redução importante de 25,8% em comparação ao saldo de R\$498,7 milhões no final do trimestre anterior e uma queda de 62,0% em relação ao saldo de R\$972,9 milhões no final do 1º trimestre de 2013.

Em 31 de março de 2014, os depósitos a prazo eram compostos por captações junto a: (i) administradores de recursos e investidores institucionais, com participação de 78,5%; (ii) pessoas jurídicas, com 11,4%; e (iii) pessoas físicas, com 10,1%. De acordo com o disposto no Artigo 8º da Circular nº 3.068/01 do Bacen, o Pan declara possuir capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria “títulos mantidos até o vencimento” em suas demonstrações financeiras.

Custos e Despesas

A soma das despesas de pessoal, tributárias e outras despesas administrativas alcançou R\$394,3 milhões no 1º trimestre de 2014, comparada a R\$416,8 milhões no 4º trimestre de 2013 e aos R\$370,0 milhões no 1º trimestre de 2013, apresentando uma redução no curto prazo emantendo sua trajetória de declínio em termos reais (descontada a inflação), apesar do crescimento de 14,4% na originação de ativos de crédito na comparação com o mesmo trimestre do ano anterior.

A adequação da estrutura de custos do Pan à sua capacidade de originação de receitas é analisada de forma contínua. Assim, a estrutura de custos do Banco está dimensionada conforme as atuais expectativas da administração para os futuros volumes e margens de operações de crédito. Caso o ambiente econômico e mercadológico interfira na evolução do nosso plano de negócios, medidas adicionais de ajuste de custos serão tomadas para garantir tal adequação, como comprovam as recentes mudanças na estrutura organizacional.

Lucro Líquido, Patrimônio e Alavancagem

O Pan apresentou no 1º trimestre de 2014 um resultado negativo de R\$78,6 milhões no balanço consolidado, comparado ao resultado negativo de R\$182,9 milhões no trimestre anterior e ao resultado positivo de R\$39,0 milhões no mesmo trimestre de 2013.

Excluindo efeitos não recorrentes, os resultados trimestrais citados são impactados pelos valores de cessões de carteiras de crédito sem coobrigação realizadas em cada período. Assim, houve cessões de carteiras de crédito imobiliário, crédito direto ao consumidor e crédito consignado no valor de R\$876,9 milhões no 1º trimestre de 2014, sem coobrigação, comparadas à cessão sem coobrigação de carteiras de crédito imobiliário, crédito direto ao consumidor e crédito consignado no valor de R\$1.513,9 milhões no trimestre anterior e carteiras de crédito imobiliário, crédito direto ao consumidor e crédito consignado no valor de R\$1.388,2 milhões no 1º trimestre de 2013. Na comparação do 1º trimestre de 2014 com o mesmo trimestre de 2013, os resultados foram negativamente impactados pela queda da margem financeira líquida, que foi de 11,7% no primeiro trimestre de 2014, comparada a 18,7% no 1º trimestre de 2013. Este movimento está diretamente relacionado à elevação da estrutura a termo de taxa de juros.

A despesa de provisão para créditos de liquidação duvidosa foi de R\$236,0 milhões no 1º trimestre de 2014, 3,9% menor do que a despesa de R\$245,7 milhões do trimestre anterior e 23,3% menor do que a despesa de R\$307,7 milhões do 1º trimestre de 2013.

A receita de recuperação de créditos em atraso apresentou melhoria significativa, atingindo o valor de R\$65,2 no 1º trimestre de 2014, valor 33,1% maior do que os R\$49,0 milhões do trimestre anterior e 61,0% maior do que os R\$40,5 milhões do mesmo trimestre de 2013. Assim, a despesa líquida de provisão para créditos de liquidação duvidosa foi de R\$170,8 milhões no 1º trimestre de 2014, 13,2% inferior à despesa líquida de R\$196,7 milhões no trimestre anterior e 36,1% inferior ao valor de R\$267,2 milhões do 1º trimestre de 2013.

O Patrimônio Líquido consolidado do Pan era de R\$2.226,0 milhões em março de 2014, comparado aos R\$2.304,9 milhões em dezembro de 2013 e aos R\$2.509,9 milhões em março de 2013. O Índice de Basileia do Conglomerado Financeiro era de 12,1% em 31 de março de 2014, comparado a 13,4% em 31 de dezembro de 2013 e 14,3% em

31 de março de 2013, lembrando que os acordos operacionais de cessão de crédito sem coobrigação possibilitam operar com total segurança em níveis mais baixos deste indicador. O valor da Margem Operacional no 1º trimestre foi de R\$132,2 milhões para o Conglomerado Financeiro.

A partir de outubro de 2013 o cálculo do índice de Basileia passou a ser exigido apenas do Conglomerado Financeiro, eliminando-se a necessidade do cálculo para o Consolidado Econômico Financeiro, conforme resoluções nº 4.192 e 4.193/13 do CMN.

AUDITORES INDEPENDENTES

As Informações Trimestrais e Demonstrações Financeiras do Banco passaram a ser auditadas, a partir do 1º trimestre de 2011, pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes (“PwC”). De acordo com o teor da Instrução CVM nº 381, o Pan não contratou no trimestre e nem teve serviços prestados pela PwC não relacionados à auditoria externa. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do Auditor, de acordo com critérios internacionalmente aceitos, ou seja, o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover interesses deste.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos nossos colaboradores pelo empenho e engajamento na execução da estratégia de negócios do Pan, e aos nossos clientes, investidores e parceiros, que nos honram com seu reiterado apoio e confiança.

São Paulo, 5 de maio de 2014.

ATIVO	Nota explicativa				PASSIVO	Nota explicativa			
		31/3/2014	31/12/2013	31/3/2013			31/3/2014	31/12/2013	31/3/2013
CIRCULANTE		<u>9.276.968</u>	<u>9.672.162</u>	<u>10.081.739</u>	CIRCULANTE		<u>14.064.449</u>	<u>13.024.292</u>	<u>12.324.350</u>
Disponibilidades	5	<u>50.856</u>	<u>47.763</u>	<u>36.713</u>	Depósitos	17.a	<u>8.385.666</u>	<u>7.779.471</u>	<u>5.424.251</u>
Aplicações interfinanceiras de liquidez	6.a	<u>688.387</u>	<u>1.164.314</u>	<u>1.192.778</u>	Depósitos à vista		171.440	178.058	106.746
Aplicações no mercado aberto		559.997	1.076.933	1.048.737	Depósitos interfinanceiros		7.146.232	6.340.276	4.183.491
Aplicações em depósitos interfinanceiros		128.390	87.381	144.041	Depósitos a prazo		1.067.994	1.261.137	1.134.014
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	7	<u>613.317</u>	<u>480.738</u>	<u>528.864</u>	Captações no mercado aberto	17.b	<u>807.975</u>	<u>1.029.285</u>	<u>1.310.585</u>
Carteira própria	7.a	256.939	243.252	358.889	Carteira própria		310.976	365.208	743.621
Vinculados a compromissos de recompra	7.a	246.590	185.274	135.558	Carteira de terceiros		496.999	664.077	462.393
Instrumentos financeiros derivativos	7.c	23.036	31.676	9.920	Carteira livre movimentação		0	-	104.571
Vinculados a prestação de garantias		86.750	20.534	24.495	Recursos de aceites e emissão de títulos	17.c	<u>3.045.985</u>	<u>2.391.831</u>	<u>1.520.954</u>
Outras aplicações		2	2	2	Recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de crédito e similares		3.039.860	2.380.090	1.495.233
Relações interfinanceiras		<u>55.854</u>	<u>28.466</u>	<u>29.263</u>	Recursos de debêntures		-	-	20.748
Pagamentos e recebimentos a liquidar		11.616	-	8.813	Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior		6.125	11.741	4.973
Créditos vinculados - Depósitos no Banco Central		2.580	2.345	1.317	Relações interfinanceiras		<u>144.149</u>	<u>129.740</u>	<u>158.497</u>
Correspondentes no país		41.658	26.121	19.133	Recebimentos e pagamentos a liquidar		3.811	-	4.965
Operações de crédito	8	<u>5.653.058</u>	<u>5.220.694</u>	<u>4.130.714</u>	Correspondentes no país	18	140.338	129.740	153.532
Operações de crédito - setor privado		6.235.759	6.168.576	5.167.448	Relações interdependências		<u>16.823</u>	<u>603</u>	<u>15.964</u>
(Provisão para créditos de liquidação duvidosa)	8.d	(582.701)	(947.882)	(1.036.734)	Recursos em trânsito de terceiros		16.823	603	15.964
Operações de arrendamento mercantil	8	<u>64.968</u>	<u>79.173</u>	<u>130.135</u>	Obrigações por empréstimos	19.a	<u>234.407</u>	<u>122.719</u>	<u>149.765</u>
Operações de arrendamento a receber		77.739	95.133	156.234	Empréstimos no país - Outras Instituições		1.447	1.458	38.307
(Provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa)	8.d	(12.771)	(15.960)	(26.099)	Empréstimos no exterior		232.960	121.261	111.458
Outros créditos		<u>1.912.604</u>	<u>2.434.166</u>	<u>3.883.335</u>	Instrumentos financeiros derivativos	7.c	<u>2.522</u>	<u>1.698</u>	<u>4.832</u>
Carteira de câmbio	9.a	335.314	428.518	2.316.841	Instrumentos financeiros derivativos		2.522	1.698	4.832
Créditos específicos		-	-	1.220	Outras obrigações		<u>1.426.922</u>	<u>1.568.944</u>	<u>3.739.502</u>
Rendas a receber		10	30	58	Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		21.116	4.752	6.996
Negociação e intermediação de valores		3.504	2.854	919	Carteira de câmbio		-	-	1.907.400
Prêmios de seguros a receber		12.237	13.285	8.559	Sociais e estatutárias		9	1.702	1.463
Recebíveis imobiliários	10	53.792	45.794	45.749	Fiscais e previdenciárias	22.a	126.670	172.035	175.422
Títulos e créditos a receber	8 e 12	<u>578.559</u>	<u>605.216</u>	<u>471.103</u>	Provisões técnicas de seguros e previdência	23.e	167.290	153.851	159.578
(Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa)	8.d	(42.110)	(43.731)	(39.040)	Negociação e intermediação de valores		133.678	153.833	102.720
Diversos	12	<u>971.298</u>	<u>1.382.200</u>	<u>1.077.926</u>	Dívidas subordinadas	20	101.493	72.007	37.325
Outros valores e bens		<u>237.924</u>	<u>216.848</u>	<u>149.937</u>	Diversas	22.b	876.666	1.010.764	1.348.598
Outros valores e bens	13.a	143.600	126.735	143.391					
(Provisão para desvalorização)	13.a	(51.760)	(52.170)	(99.804)					
Despesas antecipadas	13.b	146.084	142.283	106.350					



ATIVO	Nota	31/3/2013		
		31/3/2014	31/12/2013	31/3/2013
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		<u>12.648.182</u>	<u>11.608.552</u>	<u>10.659.150</u>
Aplicação interfinanceira de liquidez	6.a	<u>19.576</u>	<u>66.383</u>	<u>85.968</u>
Aplicações no mercado aberto		-	-	21.559
Aplicações em depósitos interfinanceiros		19.576	66.383	64.409
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	7	<u>1.057.306</u>	<u>1.257.482</u>	<u>1.445.716</u>
Carteira própria	7.a	550.198	444.064	514.280
Vinculados a compromissos de recompra	7.a	216.673	385.551	667.177
Instrumentos financeiros derivativos	7.c	141.948	183.924	134.984
Vinculados a prestação de garantias		148.487	243.943	129.275
Operações de crédito	8	<u>8.212.042</u>	<u>7.474.008</u>	<u>6.218.815</u>
Operações de crédito - setor privado		8.537.128	7.822.427	6.680.953
(Provisão para créditos de liquidação duvidosa)	8.d	(325.086)	(348.419)	(462.138)
Operações de arrendamento mercantil	8	<u>25.771</u>	<u>36.676</u>	<u>94.046</u>
Operações de arrendamento a receber		30.838	44.069	112.906
(Provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa)	8.d	(5.067)	(7.393)	(18.860)
Outros créditos		<u>2.990.217</u>	<u>2.475.133</u>	<u>2.542.920</u>
Carteira de câmbio	9.a	6.180	-	-
Créditos específicos		4.785	4.800	3.769
Negociação e intermediação de valores		-	-	-
Recebíveis imobiliários	10	153.542	147.956	68.133
Benefício residual em operações securitizadas	11	12.595	13.158	17.782
Títulos e créditos a receber	8 e 12	21.879	23.069	17.802
(Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa)	8.d	(606)	(150)	(918)
Diversos	12	2.791.842	2.286.300	2.436.352
Outros valores e bens		<u>343.270</u>	<u>298.870</u>	<u>271.685</u>
Despesas antecipadas	13.b	343.270	298.870	271.685
PERMANENTE		<u>305.059</u>	<u>312.199</u>	<u>311.827</u>
Investimentos		<u>777</u>	<u>777</u>	<u>788</u>
Outros investimentos	14.b	777	777	788
Imobilizado de uso	15	<u>63.936</u>	<u>65.431</u>	<u>18.967</u>
Imóveis de uso		2.530	2.530	2.530
Outras imobilizações de uso		106.419	105.296	52.808
(Depreciações acumuladas)		(45.013)	(42.395)	(36.371)
Intangível	16.b	<u>240.346</u>	<u>245.991</u>	<u>292.072</u>
Ativos intangíveis		309.612	306.014	329.170
(Amortizações acumuladas)		(69.266)	(60.023)	(37.098)
TOTAL DO ATIVO		<u><u>22.230.209</u></u>	<u><u>21.592.913</u></u>	<u><u>21.052.716</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais consolidadas.

PASSIVO	Nota	31/3/2013		
		31/3/2014	31/12/2013	31/3/2013
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		<u>5.937.488</u>	<u>6.261.281</u>	<u>6.198.695</u>
Depósitos	17.a	<u>1.487.048</u>	<u>1.485.834</u>	<u>1.201.935</u>
Depósitos interfinanceiros		43.108	64.099	20.247
Depósitos a prazo		1.443.940	1.421.735	1.181.688
Captações no mercado aberto	17.b	<u>30.484</u>	<u>57.712</u>	<u>10.461</u>
Carteira própria		30.484	57.712	10.461
Recursos de aceites e emissão de títulos	17.c	<u>2.367.980</u>	<u>2.732.915</u>	<u>2.475.590</u>
Recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de crédito e similares		1.714.792	2.056.752	1.869.242
Recursos de debêntures		-	-	26.667
Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior		653.188	676.163	579.681
Obrigações por empréstimos	19.a	<u>213.150</u>	<u>217.130</u>	<u>301.380</u>
Empréstimos no país - Outras instituições		100.000	100.000	100.000
Empréstimos no exterior		113.150	117.130	201.380
Instrumentos financeiros derivativos	7.c	<u>34.536</u>	<u>9.239</u>	<u>35.328</u>
Instrumentos financeiros derivativos		34.536	9.239	35.328
Outras obrigações		<u>1.804.290</u>	<u>1.758.451</u>	<u>2.174.001</u>
Carteira de câmbio		6.180	-	-
Fiscais e previdenciárias	22.a	144.177	165.388	814.248
Negociação e intermediação de valores		39.549	2.207	73.088
Provisões técnicas de seguros e previdência	23.e	27.574	29.086	-
Dívidas subordinadas	20	1.253.072	1.288.620	1.113.889
Diversas	22.b	333.738	273.150	172.776
RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS		<u>2.247</u>	<u>2.460</u>	<u>2.375</u>
Resultados de exercícios futuros		2.247	2.460	2.375
PARTICIPAÇÃO DE ACIONISTAS MINORITÁRIOS		<u>20</u>	<u>21</u>	<u>21</u>
Participação de acionistas minoritários		20	21	21
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>2.226.005</u>	<u>2.304.860</u>	<u>2.527.275</u>
Capital social	24	<u>2.867.020</u>	<u>2.867.020</u>	<u>2.867.020</u>
De domiciliados no país		2.604.603	2.556.338	2.499.464
De domiciliados no exterior		262.417	310.682	367.556
Ajustes de avaliação patrimonial		(16.509)	(16.286)	(2.022)
Lucros/(prejuízos) acumulados		(624.506)	(545.874)	(337.723)
TOTAL DO PASSIVO		<u><u>22.230.209</u></u>	<u><u>21.592.913</u></u>	<u><u>21.052.716</u></u>

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
PARA OS TRIMESTRES FINDOS EM 31/03/2014, 31/12/2013 E 31/03/2013

(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	2014		2013	
		1º Trimestre	4º Trimestre	4º Trimestre	1º Trimestre
RECEITAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA					
		1.066.847	1.147.181		1.109.173
Rendas de Operações de Crédito	8.h	999.827	1.035.067		952.157
Resultado de Operações de Arrendamento Mercantil	8.h	10.463	13.665		17.688
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	7.d	56.502	71.704		124.712
Resultado de Operação de Câmbio	9.b	55	26.745		14.616
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA					
		(662.283)	(671.885)		(600.569)
Operações de Captação no Mercado	17.d	(386.182)	(415.838)		(181.628)
Operações de Empréstimos e Repasses	19.b	1.027	(29.221)		(7.900)
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	7.c	(41.089)	18.931		(103.295)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	8.d	(236.039)	(245.757)		(307.746)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA					
		404.564	475.296		508.604
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS					
		(523.634)	(622.638)		(441.816)
Receitas de Prestação de Serviços	25	86.207	93.559		92.803
Receita de Prêmios Ganhos de Seguros	23.f	46.584	34.967		29.885
Despesas de Sinistros Retidos	23.e	(17.221)	(9.487)		(14.303)
Despesas de Pessoal	26	(112.592)	(117.095)		(99.216)
Outras Despesas Administrativas	27	(270.069)	(310.753)		(291.649)
Despesas Tributárias	28	(49.837)	(55.035)		(52.334)
Outras Receitas Operacionais	29.a	22.716	56.515		41.178
Outras Despesas Operacionais	29.b	(229.422)	(315.309)		(148.180)
RESULTADO OPERACIONAL					
		(119.070)	(147.342)		66.788
RESULTADO NÃO OPERACIONAL					
	30	(14.354)	(4.305)		(8.661)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E PARTICIPAÇÕES					
		(133.424)	(151.647)		58.127
PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL					
	34.a	54.791	(31.298)		(19.121)
Provisão para Imposto de Renda		3.136	24.614		(38.086)
Provisão para Contribuição Social		(6.679)	12.954		(19.723)
Ativo Fiscal Diferido		58.334	(68.866)		38.688
PARTICIPAÇÃO DE ACIONISTAS MINORITÁRIOS					
		1	(1)		1
(PREJUÍZO)/ LUCRO LÍQUIDO					
		(78.632)	(182.946)		39.007

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais consolidadas.

BANCO PANAMERICANO S.A. - CONSOLIDADO

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
PARA OS TRIMESTRES FINDOS EM 31/03/2014, 31/12/2013 E 31/03/2013

(Em milhares de reais - R\$)

	2014	2013	
	1º Trimestre	4º Trimestre	1º Trimestre
RECEITAS	652.744	680.707	709.078
Intermediação Financeira	1.066.847	1.147.181	1.109.173
Prestação de Serviços	86.207	93.559	92.803
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(236.039)	(245.757)	(307.746)
Outras Receitas/ (Despesas) Operacionais	(264.271)	(314.276)	(185.152)
DESPESAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(426.244)	(426.128)	(292.823)
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(172.088)	(208.171)	(183.503)
Materiais, Energia e Outros	(653)	(1.120)	(1.112)
Serviços de Terceiros	(42.895)	(58.171)	(40.456)
Comissões pagas a Lojistas e Promotores	(128.540)	(148.880)	(141.935)
VALOR ADICIONADO BRUTO	54.412	46.408	232.752
DEPRECIACÕES E AMORTIZAÇÕES	(12.697)	(12.979)	(10.755)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	41.715	33.429	221.997
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	41.715	33.429	221.997
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	41.715	33.429	221.997
Pessoal	97.114	100.269	84.227
Remuneração Direta	76.267	80.826	66.766
Benefícios	14.239	15.130	12.901
FGTS	5.078	5.266	3.971
Outros	1.530	(953)	589
Impostos, Taxas e Contribuições	11.011	103.789	86.967
Federal	2.078	92.861	78.517
Estadual	101	1.722	24
Municipal	8.832	9.206	8.426
Remuneração de Capitais de Terceiros	12.223	12.317	11.797
Aluguéis	12.223	12.317	11.797
Remuneração de Capitais Próprios	(78.633)	(182.946)	39.006
(Prejuízos)/ Lucros Retidos	(78.632)	(182.946)	39.007
Participação dos não-Controladores nos Lucros Retidos	(1)	-	(1)

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais consolidadas.

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO CONTROLADOR
PARA OS TRIMESTRES FINDOS EM 31/03/2014, 31/12/2013 E 31/03/2013

(Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de capital	Reservas de Lucros		Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros/(prejuízos) acumulados	Total
			Legal	Para Integridade do Patrimônio Líquido			
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012	2.867.020	-	-	-	(978)	(313.633)	2.552.409
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	(1.044)	-	(1.044)
Aumento de capital (Nota 24.a)	-	-	-	-	-	-	-
Lucro Líquido	-	-	-	-	-	15.297	15.297
Absorção de Prejuízo (Nota 24.b)	-	-	-	-	-	-	-
SALDOS EM 31 DE MARÇO DE 2013	2.867.020	-	-	-	(2.022)	(298.336)	2.566.662
SALDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2013	2.867.020	-	-	-	10.736	(359.500)	2.518.256
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	(27.022)	-	(27.022)
Prejuízo	-	-	-	-	-	(183.181)	(183.181)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013	2.867.020	-	-	-	(16.286)	(542.681)	2.308.053
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013	2.867.020	-	-	-	(16.286)	(542.681)	2.308.053
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	(223)	-	(223)
Prejuízo	-	-	-	-	-	(81.825)	(81.825)
SALDOS EM 31 DE MARÇO DE 2014	2.867.020	-	-	-	(16.509)	(624.506)	2.226.005

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

(Em milhares de reais - R\$)

	2014		2013	
	1º Trimestre	4º Trimestre	1º Trimestre	
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS:				
PREJUÍZO/LUCRO LÍQUIDO	(78.632)	(182.946)	39.007	
Ajustes que não afetam o fluxo de caixa:				
Depreciações e Amortizações	6.434	6.715	4.492	
Amortização de ágio	6.263	6.264	6.263	
Constituição de provisão para contingências	42.962	70.103	52.237	
Provisão (reversão) para desvalorização de bens não de uso próprio	(5.598)	(47.189)	880	
Prejuízo na venda de bens não de uso próprio	20.024	49.356	7.838	
Perda por <i>impairment</i>	-	2.295	-	
Perda na venda de imobilizado/investimento	-	-	-	
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	236.039	245.757	307.746	
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	(54.791)	31.298	19.121	
Provisões técnicas de seguros e previdência	11.927	3.827	15.632	
Lucro líquido ajustado	184.628	185.480	453.216	
Variação de Ativos e Passivos:				
Redução/(Aumento) em aplicações interfinanceiras de liquidez	205.734	625.461	(596.345)	
Redução em títulos e valores mobiliários	16.760	162.310	420.497	
Aumento/(Redução) em instrumentos financeiros derivativos	76.737	(30.361)	93.072	
(Aumento)/Redução em relações interfinanceiras	(12.979)	(11.685)	4.665	
(Aumento) em operações de crédito	(1.406.437)	(1.102.850)	(729.879)	
Redução em operações de arrendamento mercantil	25.111	27.949	49.853	
Redução/(Aumento) em outros créditos	64.811	(359.322)	(1.877.272)	
(Aumento) em outros valores e bens	(97.446)	(75.617)	(29.758)	
Aumento em depósitos	607.409	1.101.589	12.058	
(Redução)/Aumento em captações no mercado aberto	(248.538)	(448.574)	241.190	
Aumento/(Redução) em outras obrigações	68.920	(313.164)	1.734.045	
Aumento/(Redução) em relações interdependências	16.220	(9.026)	8.589	
(Redução)/Aumento em resultado de exercícios futuros	(213)	(181)	832	
CAIXA LÍQUIDO (USADO) DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	(499.283)	(247.991)	(215.237)	
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:				
Alienação de investimentos	-	-	-	
Alienação de imobilizado de uso	-	-	-	
Alienação de bens não de uso próprio	17.544	44.626	19.913	
Aquisição de imobilizado de uso	(1.958)	(5.841)	(5.078)	
Aplicações no intangível	(3.599)	(7.731)	(9.189)	
Ágio na aquisição de investimento	-	-	-	
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	11.987	31.054	5.646	
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:				
Emissão/(Resgate) na emissão de letras financeiras	139.644	113.094	338.700	
(Redução) de obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior	(19.374)	-	(15.488)	
(Redução)/Aumento de dívidas subordinadas	-	(46.177)	-	
Emissão de letras de crédito do agronegócio	53.120	4.888	59.338	
Aumento de Capital	-	-	-	
Variação nas participações minoritárias	(1)	-	(3)	
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	173.389	71.805	382.547	
(REDUÇÃO)/AUMENTO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(313.907)	(145.132)	172.956	
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO TRIMESTRE	924.760	1.069.892	279.400	
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FINAL DO TRIMESTRE (nota explicativa nº 5)	610.853	924.760	452.356	
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES SOBRE O FLUXO DE CAIXA				
Juros pagos	(554.096)	(195.394)	(177.885)	
Juros recebidos	989.554	950.347	907.839	
Transferência de ativos não de uso próprio	(11.827)	(13.754)	(15.466)	
Ganhos/Perdas não realizados em títulos disponíveis para a venda	(371)	(678)	(1.740)	

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais consolidadas.

1) CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Panamericano S.A. (“Banco”, “Banco PAN”, “PAN” ou “Instituição”), é uma sociedade anônima de capital aberto e está autorizado a operar como banco múltiplo, atuando direta ou indiretamente por meio de suas controladas nos mercados de crédito direto ao consumidor, crédito pessoal, cartão de crédito, crédito consignado, financiamento de veículos, máquinas e equipamentos, operações de câmbio, financiamento à empresas, financiamento para construção a incorporadores e construtores, financiamento imobiliário a pessoas físicas, aquisição de recebíveis imobiliários e emissão de certificados de recebíveis imobiliários - CRIs, arrendamento mercantil de veículos e outros bens, seguros dos ramos prestamista, de acidente pessoal coletivo, rendas de eventos aleatórios (seguro desemprego), de vida em grupo e danos pessoais – DPVAT, e consórcio de veículos e imóveis. Os benefícios dos serviços prestados entre as empresas do Grupo e os custos das estruturas operacional e administrativa são absorvidos, em conjunto ou individualmente, por essas empresas.

Ainda como estratégia de negócio e com vistas a manter a necessária linha de “*funding*” para as suas operações, o Banco PAN adotou a política de proceder à cessão de créditos de sua carteira de crédito. As cessões são realizadas para outras instituições financeiras. A cessão de crédito faz parte da estratégia operacional da instituição, resultando no imediato reconhecimento das receitas e despesas destas operações (Nota 3g). Os resultados estão refletidos nas informações trimestrais consolidadas, em receitas de intermediação financeira, sendo a parcela correspondente às operações anteriormente feita com FIDCs, eliminadas e apropriadas no prazo das operações de créditos, para fins de elaboração das informações trimestrais consolidadas, conforme mencionado na nota 2.

Demonstra-se a seguir a composição acionária atual do Banco PAN.

Acionistas	Ordinárias	%	Preferenciais	%	Total	%
Banco BTG Pactual S.A.	149.156.346	51,00	33.114.219	13,65	182.270.565	34,06
Caixa Participações S.A. - Caixapar	143.307.049	49,00	54.802.722	22,59	198.109.771	37,02
Conselho de Administração	5	-	-	-	5	-
Mercado	-	-	154.695.734	63,76	154.695.734	28,92
Total	292.463.400	100,00	242.612.675	100,00	535.076.075	100,00

Aquisição**a) Carteira de cartão de crédito consignado do Banco Cruzeiro do Sul S.A.**

Em 26/04/2013 o Banco PAN adquiriu, pelo valor de R\$ 351,0 milhões, os direitos creditórios sobre a carteira de cartão de crédito consignado do Banco Cruzeiro do Sul S/A – em liquidação extrajudicial, originada por 237 convênios, dentre órgãos públicos das 3 esferas, quer da administração direta ou indireta, além de 7 convênios com empresas do setor privado, por meio de leilão público em lote único.

A referida carteira na época conta com aproximadamente 471 mil cartões emitidos, sendo 321 mil ativos. Com esta aquisição, a Companhia reforçou sua posição nos segmentos de cartões de crédito e crédito consignado.

A aquisição gerou um deságio de R\$ 27.424 e despesas com a aquisição de R\$ 17.550, que serão apropriados ao resultado do Banco PAN, pelo prazo médio de liquidação da carteira adquirida

2) APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

As informações trimestrais consolidadas do Banco PAN estão sendo apresentadas em conjunto com as informações trimestrais do Banco e suas empresas controladas e entidades de propósito específico,

representadas por fundos de investimentos em direitos creditórios FIDCs (“Consolidado”), e foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (“BACEN”), com observância das disposições emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), com alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às normas e diretrizes estabelecidas pelo (“BACEN”), Resoluções do Conselho Monetário Nacional (“CMN”), do Conselho Nacional de Seguros Privados (“CNSP”), da Superintendência de Seguros Privados (“SUSEP”) e da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), quando aplicável.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) emitiu pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, aprovados pela CVM, porém nem todos foram homologados pelo BACEN. Desta forma o Banco, na elaboração das informações trimestrais, adotou, conforme aplicáveis, os seguintes pronunciamentos já homologados pelo BACEN:

1. CPC 01 (R1) – Redução ao valor recuperável de ativos – homologado pela Resolução CMN nº 3.566/08;
2. CPC 03 (R2) – Demonstração do fluxo de caixa – homologado pela Resolução CMN nº 3.604/08;
3. CPC 05 (R1) – Divulgação sobre partes relacionadas – homologado pela Resolução CMN nº 3.750/09;
4. CPC 25 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes – homologado pela Resolução CMN nº 3.823/09;
5. CPC 24 – Evento Subsequente – homologado pela Resolução CMN nº 3.973/11;
6. CPC 10 (R1) – Pagamento baseado em ações – homologado pela Resolução CMN nº 3.989/11;
7. CPC 23 – Políticas Contábeis, mudanças de estimativa e retificação de erro – homologado pela Resolução CMN nº 4.007/11; e
8. CPC 00 (R1) – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil – Financeiro – homologado pela Resolução CMN nº 4.144/12.

As informações trimestrais consolidadas, referentes ao trimestre findo em 31/03/2014, foram aprovadas pelo Conselho de Administração e Diretoria em 05/05/2014.

As sociedades controladas incluídas na consolidação e o percentual de participação do controlador são os seguintes:

	Participação total %		
	31/03/2014	31/12/2013	31/03/2013
Controlada direta:			
Panamericano Arrendamento Mercantil S.A.	99,97	99,97	99,97
PAN Seguros S.A.	99,99	99,99	99,99
Panserv Prestadora de Serviços Ltda.	99,99	99,99	99,99
Panamericano Adm. e Corretagem de Seguros e de Prev. Privada Ltda	99,99	99,99	99,99
Ourinvest Real Estate Holding S.A.	100,00	100,00	100,00
Controlada indireta:			
Panamericano Administradora de Consórcio Ltda.	99,99	99,99	99,99
Brazilian Finance e Real Estate S.A.	100,00	100,00	100,00
BM Sua Casa Promotora de Vendas Ltda.	99,99	99,99	99,99
BMSR II Participações S.A.	99,99	99,99	99,99
Brazilian Securities Companhia de Securitização	99,99	99,99	99,99
Brazilian Mortgages Companhia Hipotecária	99,99	99,99	99,99
Entidades de Propósitos Específicos – EPEs:			
Caixa Fundo de Investimento em Direitos Creditórios CDC Veículos do Banco PAN (“Caixa CDC FIDC”) (a) (b)	-	100,00	100,00
Caixa Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Master CDC Veículos do Banco PAN (“Caixa Master CDC FIDC”) (a) (b)	-	100,00	100,00
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios FBP – Financeiro (“FIDC FBP”) (a) (c)	-	-	100,00

(a) O percentual está representado pelas cotas subordinadas detidas pelo Banco. Para fins de apresentação das informações trimestrais consolidadas, os FIDCs foram consolidados conforme disposto na Instrução CVM nº 408/04 e no Ofício-Circular CVM nº 001/07;

(b) Fundos FIDCs encerrados em 20/01/2014, conforme instrumento particular de transferência de ativos e quitação de obrigações desta data; e

(c) FIDC encerrado em 28/06/2013, conforme instrumento particular de transferência de ativos e quitação de obrigações desta data.

Informações Trimestrais Consolidadas

Nas informações trimestrais consolidadas, foram eliminadas as participações societárias, os saldos das contas patrimoniais ativas e passivas, os resultados oriundos das transações entre o Banco e suas controladas diretas e indiretas e o resultado anteriormente originado das operações do Banco com os FIDCs. As participações de acionistas minoritários no Patrimônio Líquido e no resultado das controladas são apresentadas de forma destacada no balanço patrimonial e na demonstração do resultado consolidado.

No processo de consolidação dos FIDCs o saldo da carteira de recebíveis de direitos creditórios foi incorporado à carteira de operações de crédito do Banco, com o correspondente registro do financiamento na rubrica de “Outras obrigações – diversas”, líquido do saldo de aplicação em cotas de fundos de investimento, representado pelas cotas subordinadas antes mantidas pelo Banco nos FIDCs. O lucro não realizado oriundo das operações de cessões de crédito do Banco para os FIDCs foi eliminado integralmente como ajuste de rendas de operações de crédito.

Na rubrica “Rendas de operações de crédito”, na demonstração do resultado, foram registradas as rendas oriundas de direitos creditórios apropriados pelos FIDCs, e o custo do financiamento, na rubrica “Operações de captação no mercado”. A receita auferida pelo Banco referente à variação de suas cotas mantidas nos fundos, originalmente registrada na rubrica “Resultado de operações com títulos e valores mobiliários”, foi eliminada contra a rubrica “Operações de captação no mercado”, com o objetivo de anular seu efeito no custo de captação.

As operações de arrendamento mercantil financeiro são apresentadas a valor presente no balanço patrimonial, e as receitas e despesas relacionadas, que representam o resultado financeiro dessas operações, estão apresentadas agrupadas na rubrica “Resultado de operações de arrendamento mercantil”.

Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios (“FIDCs”) – Considerando que o controle sobre os recebíveis cedidos aos Fundos permanecia sob a responsabilidade do Banco (recebimento, repasse e cobrança) e que o mesmo atendia a outras condições para consolidação previstas na Instrução CVM nº 408/04 e no Ofício-Circular CVM nº 001/07, a Administração do Banco consolidou as informações trimestrais dos FIDCs às informações trimestrais consolidadas.

I. Denominação, natureza, propósito e atividades desenvolvidas pelos FIDCs.

O objetivo dos FIDCs era a de adquirir, preponderantemente, direitos creditórios originários de operações financeiras de empréstimos, representadas por contratos de abertura de crédito para aquisição de veículos automotores (automóveis e motocicletas), do tipo Crédito Direto ao Consumidor – CDC, celebrados entre o Banco (cedente) e seus clientes.

Conforme estabelecido em seus regulamentos, os FIDCs buscavam, mas não garantiam, atingir determinada rentabilidade de percentual, conforme demonstrado abaixo:

Fundos	Rentabilidade
Caixa CDC FIDC	108% do CDI
Caixa Master CDC FIDC	112% do CDI

II. Participação no patrimônio e nos resultados dos FIDCs.

Em conformidade com o artigo 24, inciso XV, da Instrução CVM nº 356/01, com redação dada pela Instrução CVM nº 393/03, a relação mínima admitida entre o Patrimônio Líquido dos FIDCs e o valor das cotas seniores está demonstrada abaixo:

Fundos	%
Caixa CDC FIDC	130
Caixa Master CDC FIDC (a)	130

a) Em Assembleia Geral Extraordinária de cotistas, realizada em 16/03/2009, foi incluído no regulamento do fundo a permissão para que as cotas subordinadas possam ser divididas em classes especiais. A partir do mês de julho de 2009, o Banco PAN passou a subscrever apenas parte das cotas subordinadas. Os Fundos foram encerrados em 20/01/2014, em 31/12/2013, o Banco possuía em cotas subordinadas o montante de R\$ 203.304 de um total em R\$ 203.304 (em 31/03/2013, estes valores estavam compostos, respectivamente, por R\$ 292.365 de um total em R\$ 330.559).

III. Natureza do envolvimento do Banco com os FIDCs e tipo de exposição a perdas, se houver, decorrentes desse envolvimento.

Não havia previsão de coobrigação do Banco nas cessões de direitos creditórios já realizados com os FIDCs, Caixa CDC FIDC e o Caixa Master CDC FIDC. O Banco subscrevia e devia manter, no mínimo, 30% do Patrimônio Líquido do FIDC em cotas subordinadas. Se houvesse, o desenquadramento, o Banco, na qualidade de cotista subordinado, quando notificado, tinha a possibilidade e não a obrigação de subscrever novas cotas subordinadas para manter a relação de subordinação, da mesma forma que tem a faculdade e não a obrigação de recomprar contratos inadimplentes, pois o risco do Banco se limitava às cotas subordinadas já subscritas.

IV. Montante e natureza dos créditos, obrigações, entre o Banco e os FIDCs, ativos transferidos pelo Banco e direitos de uso sobre ativos dos FIDCs.

Devido a manutenção de aplicação em cotas subordinadas nos FIDCs, foi reconhecida no 1º trimestre de 2014 uma receita de R\$ 222 (receita de R\$ 3.776- no 4º trimestre de 2013 e despesa de R\$ 1.216 – no 1º trimestre de 2013), registrada contabilmente na rubrica de “Resultado de operações com títulos e valores mobiliários”, na demonstração de resultado individual – e eliminada no processo de consolidação das informações trimestrais.

Em 31/03/2014, 31/12/2013 e 31/03/2013, os FIDCs apresentavam as seguintes situações patrimoniais:

	Caixa CDC FIDC (2)			Caixa Master CDC FIDC (2)			FIDC FBP Financeiro (3)		
	31/03/2014	31/12/2013	31/03/2013	31/03/2014	31/12/2013	31/03/2013	31/03/2014	31/12/2013	31/03/2013
Ativo									
Disponibilidades	-	6	29	-	11	27	-	-	1
Aplicações interfinanceiras de liquidez	-	1.549	6.708	-	4.049	12.389	-	-	-
TVM	-	-	-	-	-	-	-	-	66.196
Direitos creditórios	-	89.912	142.813	-	517.979	789.371	-	-	465.687
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	(57.334)	(61.598)	-	(316.313)	(318.691)	-	-	(222.197)
Outros valores	-	5	-	-	3	2	-	-	781
Total do Ativo	-	34.138	87.952	-	205.729	483.098	-	-	310.468
Passivo									
Outras obrigações	-	27	83	-	113	367	-	-	127
Patrimônio líquido	-	34.111	87.869	-	205.616	482.731	-	-	310.341
- Cotas seniores	-	207	21.335	-	2.312	152.172	-	-	232.016
- Cotas subordinadas	-	33.904	66.534	-	203.304	292.365	-	-	78.325
- Cotas subordinadas – classe especial (1)	-	-	-	-	-	38.194	-	-	-
Total do Passivo	-	34.138	87.952	-	205.729	483.098	-	-	310.468

(1) Cotas de terceiros;

(2) Fundo encerrado em 20/01/2014; e

(3) Fundo encerrado em 28/06/2013.

Reconciliação do Patrimônio Líquido e do Resultado Líquido das Informações Trimestrais Consolidadas.

	31/03/2014		31/12/2013		31/03/2013	
	Patrimônio Líquido	Resultado Líquido	Patrimônio Líquido (1)	Resultado Líquido	Patrimônio Líquido	Resultado Líquido (1)
Banco PAN individual	2.226.005	(81.825)	2.308.053	(229.048)	2.566.662	15.297
Efeitos da eliminação das cessões aos FIDCs:						
Lucro não realizado nas cessões	-	13.033	(13.033)	153.850	(92.180)	45.674
Registro do custo de comissão sobre créditos cedidos	-	(7.711)	7.711	(24.981)	26.534	(6.158)
Efeitos tributários	-	(2.129)	2.129	(51.548)	26.259	(15.806)
Banco PAN consolidado	2.226.005	(78.632)	2.304.860	(151.727)	2.527.275	39.007

(1) Fundos encerrados em 20/01/2014.

V. Avais, fianças, hipotecas ou outras garantias concedidas em favor dos FIDCs.

O Banco não ofereceu qualquer tipo de aval, fiança, hipoteca ou outras garantias em favor dos FIDCs, entretanto, as cotas subordinadas absorviam integralmente os efeitos dos resultados negativos das carteiras dos fundos até o limite destas.

VI. Identificação do beneficiário principal ou grupo de beneficiários principais das atividades dos FIDCs.

Os Fundos FIDCs foram encerrados em 20/01/2014, em 31/12/2013, o Banco PAN e suas empresas controladas são os detentores da totalidade das cotas subordinadas dos FIDCs, no montante de R\$ 237.208 (R\$ 437.224 em 31/03/2013), sendo as demais cotas seniores e as subordinadas especiais pertencentes a investidores qualificados.

VII. Encerramentos dos FIDCs

Em Assembleia Geral de Cotista Extraordinária dos FIDCs (Caixa CDC FIDC e Caixa Master CDC FIDC), realizada em 21/10/2013 foi deliberado o encerramento dos mesmos. Dessa forma, em 20/01/2014, o Banco PAN adquiriu a totalidade das cotas dos FIDCs, sendo que o evento final de encerramento ocorreu no próprio mês de janeiro/2014.

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS:

a) Caixa e equivalentes de caixa e moeda funcional e de apresentação:

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações no mercado aberto, aplicações em depósitos interfinanceiros, certificados de depósitos bancários e fundos de renda fixa cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, os quais são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

As informações trimestrais consolidadas estão apresentadas em Reais, moeda funcional do Banco PAN.

b) Apuração do resultado:

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério "pro rata" dia para aquelas de natureza financeira. Estas de natureza financeira, são calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relacionadas com operações no exterior ou a títulos descontados, as quais são calculadas pelo método linear. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço pelos índices pactuados.

As receitas de prêmios de seguros e resseguros são contabilizadas por ocasião da emissão das apólices como prêmios emitidos e diferidas pelo prazo de vigência destas apólices ou faturas dos seguros por meio da constituição das provisões de prêmios não ganhos.

Os prêmios de seguros e as despesas de comercialização de retrocessão e correspondente provisão de prêmios não ganhos são contabilizados com base nos informes recebidos do IRB - Brasil Resseguros S.A.

Os sinistros são refletidos nos resultados com base no registro oficial de sinistros pendentes, que busca refletir a sinistralidade estimada para os contratos com cobertura de risco em vigência relacionada às indenizações a incorrer com o processamento e a regulação dos sinistros.

Os custos de aquisição são considerados custos diretos na obtenção e processamento de novos contratos de seguro. Estes são diferidos e apropriados ao resultado mensalmente, em bases lineares, pelo prazo de reconhecimento dos prêmios de seguros de acordo com o prazo de vigência das apólices.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez:

As aplicações interfinanceiras de liquidez são avaliadas pelo valor da aplicação, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

d) Títulos e valores mobiliários:

Os títulos e valores mobiliários são contabilizados pelo valor da aplicação, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, com base na taxa de remuneração e em razão da fluência dos prazos dos papéis e ajustados a valor de mercado, quando aplicável. Eles são classificados nas seguintes categorias:

- Títulos para negociação – são títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;
- Títulos disponíveis para venda – são títulos e valores mobiliários que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento, ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do Patrimônio Líquido, pelo valor líquido dos efeitos tributários. Ganhos e perdas não realizados são reconhecidos no resultado do período, quando efetivamente realizados; e
- Títulos mantidos até o vencimento – são títulos e valores mobiliários para os quais há a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

e) Instrumentos financeiros derivativos:

Os instrumentos financeiros derivativos são compostos pelas operações de contratos futuros, *swap* e termo. São classificados de acordo com a intenção da administração, na data da contratação da operação, levando-se em conta se sua finalidade é para proteção contra risco (*hedge*) ou não. As valorizações ou desvalorizações são registradas em contas de receitas ou despesas dos respectivos instrumentos financeiros de acordo com a Circular BACEN nº 3.082/02 e a Carta-Circular BACEN nº 3.026/02, que prevêem a adoção dos seguintes critérios:

- Contratos futuros: o processo de marcação a mercado para os contratos futuros, tais como os contratos de juros (DI 1 dia), câmbio (DOL) e cupom cambial (DDI) é definido pelo preço de mercado em formato de Preço Único (PU) que é divulgado diariamente pela BM&FBOVESPA. A partir deste preço, os valores dos ajustes diários são registrados e contabilizados no ativo ou no passivo, sendo apropriados diariamente ao resultado como receita ou despesa;
- *Swap*: são avaliados de acordo com as taxas pactuadas nos respectivos contratos e ajustados ao valor de mercado, sendo o diferencial a receber ou a pagar contabilizados em contas de ativo ou passivo, respectivamente, e apropriados ao resultado como receita ou despesa “*pro rata*” até a data do balanço. Para a apuração do valor de mercado, foi utilizado o fluxo de caixa futuro, descontado a valor presente pelas curvas de juros futuros, obtidas com base nas informações da BM&FBOVESPA; e
- Contratos a termo de moedas: são instrumentos financeiros derivativos de compra ou venda de moeda estrangeira, sem entrega física, negociados em mercado de balcão em uma data futura e a uma paridade anteriormente determinada. A liquidação financeira ocorre pela diferença entre a paridade inicial do contrato e a cotação de referência na data de vencimento. Para a precificação desses contratos foram utilizadas as curvas de juros futuros, obtidas com base nas informações da BM&FBOVESPA.

As operações com instrumentos financeiros derivativos são avaliadas a valor de mercado, contabilizando-se sua valorização ou desvalorização conforme segue:

- Instrumentos financeiros derivativos não considerados como “*hedge*” em contas de receita ou despesa, no resultado.

- Instrumentos financeiros derivativos considerados como “*hedge*” de risco de mercado, bem como seus ativos e passivos financeiros relacionados, objeto de “*hedge*” têm seus ganhos e perdas, realizados ou não realizados, registrados em contas de receitas e despesas, no resultado.

f) Operações de crédito:

As operações de crédito, arrendamento mercantil, adiantamento sobre contratos de câmbio e outros créditos com características de concessão de crédito, são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, que considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação à operação, aos devedores e garantidores, com observância dos parâmetros e diretrizes estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, que determina a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo “AA” (risco mínimo) e “H” (risco máximo). Adicionalmente, também são considerados, para atribuição dos níveis de riscos dos clientes os períodos de atraso definidos na referida Resolução, assim como a contagem em dobro para as operações com prazo a decorrer superior a 36 meses.

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. As operações classificadas como nível “H” permanecem nessa classificação por 6 meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e passam a ser controladas em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial do Banco.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas anteriormente à renegociação. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão, e que estavam em contas de compensação, são classificadas como nível “H” e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos. Quando houver amortização significativa de operação de crédito ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança de níveis de risco, poderá ocorrer a reclassificação de operação para categoria de menor risco.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas e considera as normas e instruções do CMN e do BACEN, associadas às avaliações realizadas pela administração na determinação dos riscos de crédito.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa relativa às operações de crédito cedidas com coobrigação é calculada de acordo com as mesmas diretrizes estabelecidas pelo BACEN para as operações de crédito ativas.

g) Operações de venda ou transferência de ativos financeiros:

A partir de 01/01/2012, as operações de venda ou transferência de ativos financeiros são classificadas e registradas conforme segue:

- Para o registro contábil da venda ou da transferência de ativos financeiros classificada na categoria operações com transferência substancial dos riscos e benefícios, são observados os seguintes procedimentos:

Em operações de venda de ativos, o ativo financeiro objeto de venda ou de transferência é baixado do título contábil utilizado para registro da operação original. O resultado positivo ou negativo apurado na negociação é apropriado ao resultado do período de forma segregada; e

Em operações de compra de ativos, o ativo financeiro adquirido é registrado pelo valor pago, em conformidade com a natureza da operação original.

- Para o registro contábil da venda ou da transferência de ativos financeiros classificada na categoria operações com retenção substancial dos riscos e benefícios, são observados os seguintes procedimentos:

Em operações de venda de ativos, o ativo financeiro objeto da venda ou da transferência permanece, na sua totalidade, registrado no ativo. Os valores recebidos na operação são registrados no ativo, tendo como contrapartida o passivo referente à obrigação assumida e as receitas/despesas são apropriadas de forma segregada ao resultado do período pelo prazo remanescente da operação; e

Em operações de compra de ativos, os valores pagos na operação são registrados no ativo como direito a receber e as receitas são apropriadas ao resultado do período, pelo prazo remanescente da operação.

h) Bens não de uso próprio:

São representados basicamente por bens reintegrados e recebidos em dação de pagamento disponíveis para venda, os quais são ajustados por meio da constituição de provisão para desvalorização, quando aplicável, calculada com base na perda histórica de bens não de uso alienados.

i) Despesas antecipadas:

São gastos relativos às aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros, sendo tais gastos apropriados ao resultado no período da geração destes benefícios. Este grupo é representado basicamente, por comissões pagas a correspondentes bancários, gastos na emissão de títulos no exterior e despesas de comercialização de seguros.

j) Demais ativos circulante e realizável a longo prazo:

São demonstrados pelo custo, acrescido dos rendimentos variações monetárias e cambiais incorridas, deduzidos das correspondentes provisões para ajuste a valor de realização, quando aplicável.

k) Investimentos:

As participações em controladas são avaliadas pelo método da equivalência patrimonial. Os demais investimentos são avaliados ao custo de aquisição, deduzido, quando aplicável, da respectiva provisão para perdas e de redução ao valor recuperável.

l) Imobilizado:

Corresponde aos direitos que tenham por objetivo bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controles dos bens para a entidade. Estão representados basicamente por imóveis, instalações, benfeitorias em imóveis de terceiros, móveis e equipamentos de uso.

É demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada e ajustada por redução ao valor recuperável, quando aplicável. A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com taxas anuais que contemplam o prazo de vida útil-econômica estimada dos bens.

m) Intangível:

Corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade.

É demonstrado pelo custo de aquisição/formação, deduzido da amortização acumulada e ajustado por redução ao valor recuperável, quando aplicável. Estão representados basicamente por ágio pagos por rentabilidade futura de investimento e gastos com aquisição e desenvolvimentos logísticos. A amortização é calculada pelo método linear, com base nos prazos estimados de sua utilização.

n) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo):

Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observando o limite de 30% do lucro real do período-base. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente baseados nas expectativas atuais de realização, as quais são revistas periodicamente considerando estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A contribuição social sobre o lucro é calculada considerando a alíquota de 15% para empresas financeiras e do ramo segurador e de 9% para as demais empresas.

Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

o) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (*impairment*):

Os ativos não financeiros estão sujeitos à avaliação ao valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores. Caso uma perda seja detectada, esta é reconhecida no resultado do período quando o valor contábil do ativo exceder o seu valor recuperável, que é apurado da seguinte forma:

- i. Potencial valor de venda, ou valor de realização deduzido das respectivas despesas; ou
- ii. Valor em uso calculado pela unidade geradora de caixa.

Unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos.

p) Depósitos e captações no mercado aberto:

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicáveis, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base “*pro rata*” dia.

q) Práticas contábeis específicas do segmento de seguros:

Passivos por contratos de seguro (provisões técnicas de seguros)

• **Provisões de prêmios não ganhos - PPNG**

A provisão de prêmios não ganhos é calculada com base nos prêmios retidos, de acordo com a Resolução CNSP nº 281/13 e Circular SUSEP nº 462/13, pelo regime de competência diária, e representa a parcela do prêmio correspondente ao período do risco ainda não decorrido.

• **Provisões de prêmios não ganhos - Riscos Vigentes Não Emitidos – PPNG-RVNE**

A provisão de prêmios não ganhos – riscos vigentes mas não emitidos – é constituída de acordo com as normas e especificações estabelecidas na Resolução CNSP nº 281/13 e Circular SUSEP nº 462/13, segundo a metodologia disposta em Nota Técnica Atuarial e, para os ramos sem experiência, através dos percentuais estabelecidos pela Circular SUSEP Nº 485/14.

• **Provisão de sinistros a liquidar- PSL**

A provisão de sinistros a liquidar é constituída com base na estimativa dos valores a indenizar, efetuada por ocasião do recebimento dos avisos de sinistros até a data do balanço, líquida dos ajustes de cosseguros e resseguro cedidos. A provisão de sinistros a liquidar para o ramo DPVAT é constituída mensalmente com base nos valores informados, exclusivamente, pela Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT (“Seguradora Líder”).

• **Provisões de sinistros ocorridos mas não avisados – IBNR**

A provisão de sinistros ocorridos mas não avisados é apurada com base na estimativa dos sinistros que já ocorreram, mas que ainda não foram avisados à Seguradora. É determinada de acordo com as normas e especificações estabelecidas na Resolução CNSP nº 281/13 e Circular SUSEP nº 462/13, sendo constituída com base em metodologia descrita em Nota Técnica Atuarial e, para os ramos sem experiência, através dos percentuais estabelecidos pela Circular SUSEP Nº 485/14. A provisão de *IBNR* para o ramo DPVAT é constituída mensalmente com base nos valores calculados e informados, exclusivamente, pela Seguradora Líder.

• **Provisões de despesas relacionadas – PDR**

A provisão de despesas relacionadas visa cobrir os valores esperados relativos a despesas relacionadas a sinistros, avisados ou não. É determinada de acordo com as normas e especificações estabelecidas na Resolução CNSP nº 281/13 e Circular SUSEP nº 462/13, sendo constituída com base em metodologia descrita em Nota Técnica Atuarial.

• **Teste de adequação de passivos – TAP**

A Circular SUSEP nº 457/12, que instituiu o Teste de Adequação de Passivos para fins de elaboração das informações trimestrais e definiu regras e procedimentos para a sua realização. A Seguradora deve avaliar, a cada data-base, se o seu passivo está adequado, utilizando estimativas correntes de fluxos de caixa futuros de seus contratos de seguro. Se esta avaliação mostrar que o valor das provisões

constituídas para os contratos de seguros vigentes, descontadas das despesas de comercialização diferidas e dos ativos intangíveis está inadequado em relação aos fluxos de caixa futuros estimados, a deficiência deve ser reconhecida no resultado.

r) Práticas contábeis específicas do segmento de consórcio:

A taxa de administração é contabilizada quando do seu recebimento pelos grupos de consórcio. A comissão sobre vendas de cotas é contabilizada quando da comercialização das mesmas e as demais receitas e despesas são contabilizadas de acordo com o regime de competência mensal.

As obrigações por recursos não procurados estão registradas pelo valor a ser devolvido aos consorciados dos grupos encerrados, incluindo remuneração igual à do rendimento gerado pelas suas cotas de fundos de investimento nos quais os grupos ativos têm aplicações, e estão apresentadas no grupo “Outras obrigações – diversas” nas informações trimestrais consolidadas.

s) Passivos circulante e exigível a longo prazo:

As obrigações, os encargos e os riscos conhecidos ou calculáveis são demonstrados pelo valor atualizado até a data do balanço. As obrigações em moedas estrangeiras são convertidas em moeda nacional pelas taxas de câmbio em vigor na data do balanço, divulgadas pelo BACEN, e as obrigações sujeitas a atualizações monetárias são demonstradas pelo valor atualizado até a data do balanço.

t) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais (fiscais e previdenciárias):

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais (fiscais e previdenciárias) são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº 3.823/09, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, sendo os principais critérios os seguintes:

- Ativos Contingentes – não são reconhecidos nas informações trimestrais, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não caibam mais recursos;
- Contingências Passivas – são reconhecidas nas informações trimestrais quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, e sempre que os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são divulgados em notas explicativas, quando relevantes, enquanto aqueles classificados como perda remota não são provisionados ou divulgados; e
- Obrigações legais (fiscais e previdenciárias) – referem-se a demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, que independentemente de avaliação acerca de probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas informações trimestrais.

u) Benefício Residual em Operações Securitizadas:

Corresponde ao saldo residual, líquido de eventuais garantias prestadas, dos patrimônios separados das operações securitizadas que, de acordo com a Lei nº 9.514/97, será reintegrado ao patrimônio comum da companhia securitizadora no momento da extinção do regime fiduciário e liquidação dos respectivos certificados de recebíveis imobiliários.

v) Lucro por ação:

O lucro por ação é calculado com base nas quantidades de ações em circulação, nas datas das informações trimestrais.

w) Uso de estimativas contábeis:

A preparação das informações trimestrais exige que a administração efetue estimativas e adote premissas, no melhor de seu julgamento, que afetam os montantes de ativos e passivos, financeiros ou não, receitas e despesas e outras transações, tais como: (i) a estimativa dos créditos tributários ativados; (ii) as taxas de depreciação dos itens do ativo imobilizado e amortizações de intangíveis; (iii) provisões necessárias para absorver eventuais riscos decorrentes dos passivos contingentes; (iv) provisões técnicas de seguro; (v) provisões para perdas em bens não de uso e provisão para créditos e arrendamento mercantil de liquidação duvidosa; (vi) perda ao valor recuperável de ativos não financeiros; (vii) estimativa do valor justo de certos instrumentos financeiros. Os valores de eventual liquidação destes ativos e

passivos, financeiros ou não, podem vir a ser diferentes dos valores apresentados com base nessas estimativas.

x) Eventos subsequentes:

Referem-se a eventos ocorridos entre a data-base das informações trimestrais e a data de sua aprovação pelos órgãos de administração. São divididos em:

i) eventos que originam ajustes, relacionados a condições que já existiam na data-base das informações trimestrais; e

ii) eventos que não originam ajustes, relacionados a condições que não existiam na data-base das informações trimestrais.

4) BALANÇO PATRIMONIAL E DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

a) Balanço Patrimonial Consolidado:

Ativo	31/03/2014							
	Financeiro	Seguros (1)	Consórcios (2)	Securitização (3)	Promotora de Vendas (4)	Outros (5)	Eliminações (6)	Total
Circulante	8.924.288	210.482	6.397	126.690	152.406	51.642	(194.937)	9.276.968
Realizável a longo prazo	12.024.946	147.487	37.029	419.663	79.210	21.634	(81.787)	12.648.182
Permanente	1.230.810	55.165	107	488	24.833	724.526	(1.730.870)	305.059
Total em 31/03/2014	22.180.044	413.134	43.533	546.841	256.449	797.802	(2.007.594)	22.230.209
Total em 31/12/2013	21.753.725	448.466	46.486	520.508	261.848	804.586	(2.242.706)	21.592.913
Total em 31/03/2013	21.064.437	392.920	48.766	626.968	240.304	845.521	(2.166.200)	21.052.716

Passivo	Financeiro	Seguros (1)	Consórcios (2)	Securitização (3)	Promotora de Vendas (4)	Outros (5)	Eliminações (6)	Total
Circulante	13.833.218	198.344	11.184	167.340	41.367	7.930	(194.934)	14.064.449
Exigível a longo prazo	5.789.995	34.905	13.372	166.052	12.548	2.404	(81.788)	5.937.488
Resultado de exercícios futuros	2.247	-	-	-	-	-	-	2.247
Minoritários	-	-	-	-	-	-	20	20
Patrimônio líquido	2.554.584	179.885	18.977	213.449	202.534	787.468	(1.730.892)	2.226.005
Total em 31/03/2014	22.180.044	413.134	43.533	546.841	256.449	797.802	(2.007.594)	22.230.209
Total em 31/12/2013	21.753.725	448.466	46.486	520.508	261.848	804.586	(2.242.706)	21.592.913
Total em 31/03/2013	18.366.382	377.273	45.187	603.337	254.123	944.258	(2.061.711)	18.528.849

(1) Representado pelas empresas PAN Seguros e Panamericano Administração e Corretagem de Seguros e de Previdência Privada Ltda;

(2) Representado pela empresa Panamericano Administradora de Consórcio Ltda;

(3) Representado pela empresa Brazilian Securities Companhia de Securitização;

(4) Representado pelas empresas Panserv Prestadora de Serviços Ltda. e BM Sua Casa Promotora de Vendas Ltda;

(5) Representados pelas empresas Ourinvest Real Estate Holding S.A. e Brazilian Finance Real Estate S.A.; e

(6) Representam as eliminações entre empresas de segmentos diferentes.

b) Demonstração do Resultado Consolidado:

Demonstração do Resultado	1º Trimestre de 2014							Total
	Financeiro (1)	Seguros (2)	Consórcios (3)	Securitização (4)	Promotora de Vendas (5)	Outros (6)	Eliminações (7)	
- Receitas da intermediação financeira	1.008.501	6.133	518	20.998	4.938	330	(15.660)	1.025.758
- Despesas da intermediação financeira	(630.514)	-	-	(6.340)	-	-	15.660	(621.194)
Resultado bruto da intermediação financeira	377.987	6.133	518	14.658	4.938	330	-	404.564
- Outras receitas/despesas operacionais	(521.462)	14.917	(528)	(5.237)	17	(3.401)	(7.940)	(523.634)
- Resultado de equivalência patrimonial	10.467	-	-	-	-	(228)	(10.239)	-
- Resultado não operacional	(14.325)	-	1	(39)	14	(5)	-	(14.354)
- Provisão para IR e CSLL	66.808	(8.161)	3	(3.183)	(1.728)	1.052	-	54.791
- Minoritário	1	-	-	-	-	-	-	1
(Prejuízo)/Lucro líquido do 1º Trimestre de 2014	(80.524)	12.889	(6)	6.199	3.241	(2.252)	(18.179)	(78.632)
(Prejuízo)/Lucro líquido do 4º Trimestre de 2013	(183.215)	15.319	(2.126)	4.739	(2.115)	(23.528)	7.980	(182.946)
(Prejuízo)/Lucro líquido do 1º Trimestre de 2013	41.985	12.005	2.098	30.112	(2.806)	31.307	(75.694)	39.007

- (1) Representado pelas empresas Banco PAN S.A., Panamericano Arrendamento Mercantil S.A., Fundos de Investimento em Direitos Creditórios – FIDCs, Brazilian Mortgages Companhia Hipotecária e BMSR II Participações;
- (2) Representado pelas empresas PAN Seguros S.A. e Panamericano Administração e Corretagem de Seguros e de Previdência Privada Ltda;
- (3) Representado pela empresa Panamericano Administradora de Consórcio Ltda;
- (4) Representado pela empresa Brazilian Securities Companhia de Securitização;
- (5) Representados pelas empresas Panserv Prestadora de Serviços Ltda. e BM Sua Casa Promotora de Vendas Ltda;
- (6) Representados pelas empresas Ourinvest Real Estate Holding S.A. e Brazilian Finance Real Estate S.A.; e
- (7) Representam as eliminações entre empresas de segmentos diferentes.

5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/03/2014	31/12/2013	31/03/2013
Disponibilidades em moeda nacional	32.451	39.360	18.033
Disponibilidades em moeda estrangeira	18.405	8.403	18.680
Total de disponibilidades (caixa)	50.856	47.763	36.713
Aplicações interfinanceiras de liquidez (1)	559.997	876.997	415.643
Total de caixa e equivalentes de caixa	610.853	924.760	452.356

(1) Inclui as operações cujos vencimentos na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

6) APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

a) Composição e prazos:

						Total		
	Até 30 dias	31 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	31/03/2014	31/12/2013	31/03/2013
Aplicações no Mercado Aberto:								
Posição bancada								
• Letras Financeiras do Tesouro – LFT	62.998	-	-	-	-	62.998	-	-
• Letras do Tesouro Nacional – LTN	-	-	-	-	-	-	74.999	415.084
• Notas do Tesouro Nacional – NTN	-	-	-	-	-	-	326.513	28.254
• Debêntures	-	-	-	-	-	-	-	21.559
Subtotal	62.998	-	-	-	-	62.998	401.512	464.897
Posição Financiada								
• Letras Financeiras do Tesouro – LFT	149.998	-	-	-	-	149.998	-	-
• Letras do Tesouro Nacional – LTN	-	-	-	-	-	-	456.999	-
• Notas do Tesouro Nacional – NTN	347.001	-	-	-	-	347.001	218.422	497.774
Subtotal	496.999	-	-	-	-	496.999	675.421	497.774
Posição vendida								
• Notas do Tesouro Nacional – NTN	-	-	-	-	-	-	-	107.625
Subtotal	-	-	-	-	-	-	-	107.625
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	12.730	9.791	12.426	93.443	19.576	147.966	153.764	208.450
Total em 31/03/2014	572.727	9.791	12.426	93.443	19.576	707.963	-	-
Total em 31/12/2013	882.120	218.289	23.061	40.844	66.383	-	1.230.697	-
Total em 31/03/2013	438.440	645.819	24.807	83.712	85.968	-	-	1.278.746

b) Receitas de aplicações interfinanceiras de liquidez:

São classificadas na demonstração do resultado como resultado de operações com títulos e valores mobiliários:

	1º Trimestre de 2014	4º Trimestre de 2013	1º Trimestre de 2013
Rendas de aplicações em operações compromissadas:			
- Posição bancada	3.811	4.930	1.570
- Posição financiada	9.259	16.172	5.585
- Posição vendida	-	22	9.851
Subtotal	13.070	21.124	17.006
Rendas de aplicações em depósitos interfinanceiros	3.864	4.028	4.858
Total (nota 7d)	16.934	25.152	21.864

7) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

a) Composição da carteira:

A carteira de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos, em 31/03/2014, 31/12/2013 e 31/03/2013, por tipo de papel, possui a seguinte composição:

	31/03/2014	31/12/2013	31/03/2013
Carteira própria:			
Certificado de Depósito Bancário – CDB	2.256	1.974	2.331
Depósitos a Prazo com Garantia Especial (DPGE)	23.191	22.570	10.431
Certificados de Recebíveis Imobiliários – CRI	174.172	122.767	301.596
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	200.501	295.564	361.597
Notas do Tesouro Nacional – NTN	304.179	152.205	41.551
Cotas de Fundos de Investimento (1)	102.543	91.943	155.373
Fundo de Desenvolvimento Social – FDS	295	293	290
Subtotal	807.137	687.316	873.169
Vinculados a compromisso de recompra:			
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	287.186	241.841	404.314
Notas do Tesouro Nacional – NTN	142.103	282.376	358.405
Certificado de Depósito Bancário – CDB	18.443	18.253	34.271
Cotas de Fundos de Renda Fixa	15.531	28.355	5.745
Subtotal	463.263	570.825	802.735
Vinculados à prestação de garantias :			
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	235.237	264.477	153.770
Subtotal	235.237	264.477	153.770
Outras aplicações	2	2	2
Subtotal	2	2	2
Total de títulos e valores mobiliários	1.505.639	1.522.620	1.829.676
Instrumentos financeiros derivativos:			
Diferenciais a receber de “NDF”	42	-	895
Diferenciais a receber de swap	164.942	215.600	144.009
Total de instrumentos financeiros derivativos	164.984	215.600	144.904
Total geral	1.670.623	1.738.220	1.974.580

(1) As aplicações em cotas de fundos de investimento estão assim compostas:

	31/03/2014	31/12/2013	31/03/2013
Bem Fundo de Investimento Referenciado DI TPF	529	522	66.196
DPVAT	46.123	37.852	36.023
Fundo de Investimento Caixa Arrojado – RF (i)	22.936	22.389	21.302
Fundo BTG Pactual Absoluto – FIA (ii)	12.130	12.092	11.587
Fundo BTG Pactual Dividendos – FIA (ii)	10.836	10.793	10.841
Outros fundos	9.989	8.295	9.424
Total	102.543	91.943	155.373

i. Fundo administrado pela Caixa Econômica Federal; e

ii. Fundo administrado pela BTG Pactual Serviços Financeiros S/A DTVM.

As carteiras dos fundos de investimento em direitos creditórios estão representadas por contratos de abertura de crédito para aquisição de veículos automotores celebrados com o Banco PAN. De acordo com os regulamentos dos respectivos fundos, as cotas subordinadas que o Banco PAN possui subordinam-se às cotas seniores para efeito de resgate e distribuição de resultados, assumindo, integralmente, os efeitos dos resultados negativos até o limite do seu patrimônio. Considerando a característica desses fundos e a intenção da Administração em mantê-los em carteira por longo prazo, os saldos das aplicações foram classificados no realizável a longo prazo em títulos mantidos até o vencimento. Os demais fundos estão classificados no curto prazo.

b) Composição por categorias e prazos consolidado:

	31/03/2014							31/12/2013		31/03/2013		
	Sem vencimento	Até 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Valor contábil (2) (4)	Valor de custo atualizado	Ajuste de marcação a mercado	Valor contábil (4)	Ajuste de marcação a mercado	Valor contábil (4)	Ajuste de marcação a mercado
Títulos para negociação :												
- Letras Financeiras do Tesouro – LFT	-	-	604	-	-	604	604	-				
- Certificado de Depósito Bancário – CDB	-	7.087	12.250	-	1.362	20.699	20.699	-	20.226	-	36.601	-
- Certificados de Recebíveis Imobiliários – CRI	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	289.230	40.375
- Cotas de fundo de investimento	111.036	-	-	-	-	111.036	111.036	-	113.342	-	154.362	-
- Bonus de subscrição	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total de títulos para negociação	111.036	7.087	12.854	-	1.362	132.339	132.339	-	133.568	-	480.193	40.375
Títulos disponíveis para venda:												
- Letras Financeiras do Tesouro – LFT	-	346.127	376.192	-	-	722.319	724.106	(1.787)	801.882	(1.740)	919.681	(1.723)
- Notas do Tesouro Nacional – NTN	-	-	-	-	-	-	-	-	364	(47)	104.573	(2.736)
- Certificados de Recebíveis Imobiliários – CRI (3)	-	14.002	24.127	22.623	113.420	174.172	197.561	(23.389)	122.767	(22.878)	12.367	1.160
- Cotas de fundo de investimento	6.509	-	-	-	-	6.509	6.509	-	6.434	-	-	6.250
- Outras	-	2	-	-	-	2	2	-	2	-	-	2
Total de títulos disponíveis para venda	6.509	360.131	400.319	22.623	113.420	903.002	928.178	(25.176)	931.449	(24.665)	1.042.873	(3.299)
Títulos mantidos até o vencimento: (1)												
- Notas do Tesouro Nacional – NTN	-	93.193	212.616	133.354	7.120	446.283	446.283	-	434.217	-	295.383	-
- Depósitos a Prazo com Garantia Especial (DPGE)	-	11.501	11.690	-	-	23.191	23.191	-	22.570	-	10.431	-
- Cotas de fundos de investimento	529	-	-	-	-	529	529	-	522	-	506	-
- Fundo do Desenvolvimento Social – FDS	295	-	-	-	-	295	295	-	294	-	290	-
Total de títulos mantidos até o vencimento	824	104.694	224.306	133.354	7.120	470.298	470.298	-	457.603	-	306.610	-
Total em 31/03/2014	118.369	471.912	637.479	155.977	121.902	1.505.639	1.530.815	(25.176)	-	-	-	-
Total em 31/12/2013	120.591	328.471	839.548	146.718	87.291	-	-	-	1.522.620	(24.665)	-	-
Total em 31/03/2013	203.908	315.036	995.230	131.746	183.756	-	-	-	-	-	1.829.676	37.076

1. Atendendo ao disposto no artigo 8º da Circular BACEN nº 3.068/01, o Banco PAN declara possuir capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria mantidos até o vencimento;
2. O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários foi apurado com base em preços e taxas praticados nas datas dos balanços, divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (“ANBIMA”) e Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (“BM&FBOVESPA”). No caso dos certificados de recebíveis imobiliários, o valor de mercado é apurado por meio de modelos internos, com a utilização de dados baseados em parâmetros de mercado observáveis;
3. Conforme Circular BACEN nº 3.068/01, a partir de julho/13 os Certificados de Recebíveis Imobiliários – CRI’s foram classificados para Títulos Disponíveis para Venda, conforme a política interna de Classificação dos Instrumentos Financeiros em Carteira *Trading* e Carteira *Banking*, uma vez que não há mercado para obtenção de ganhos a curto prazo; e
4. A coluna reflete o valor contábil após a marcação a mercado, de acordo com o item (2), exceto para as aplicações classificadas em “Títulos mantidos até o vencimento”, cujo valor de mercado é inferior ao valor de custo atualizado, no montante de R\$ 13.533 (31/12/2013 – superior em R\$ 22.516).

c) Instrumentos financeiros derivativos:

O Banco PAN utiliza instrumentos financeiros derivativos prioritariamente como *hedge* para compensar variações desfavoráveis de valor de mercado nas posições assumidas.

O valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos e dos respectivos objetos de *hedge* é apurado utilizando-se das informações de mercado disponíveis, principalmente os preços e as taxas divulgados pela BM&FBOVESPA. Quando aplicáveis, são utilizados modelos matemáticos de interpolação de taxas para os prazos intermediários e de extrapolação de taxas para os prazos superiores.

Para a apuração do valor de mercado dos contratos de “*swap*”, foi utilizado o fluxo de caixa futuro, descontado a valor presente pelas curvas de juros futuros, obtidas com base em informações da BM&FBOVESPA.

O processo de marcação a mercado para os contratos futuros, tais como os contratos de juros (DI 1 dia), câmbio (DOL) e cupom cambial (DDI) é definido pelo preço de mercado em formato de Preço Único (PU) que é divulgado diariamente pela BM&FBOVESPA. A partir deste preço, os valores dos ajustes diários são registrados e contabilizados no ativo ou no passivo, sendo apropriados diariamente ao resultado como receita ou despesa.

As operações com instrumentos financeiros derivativos (contratos futuros, Termo de moeda e Swap) são custodiadas na BM&FBOVESPA ou no Balcão Organizado de Ativos e Derivativos (CETIP S.A.). Os diferenciais a receber e a pagar, dos instrumentos financeiros derivativos, ativos e passivos, são registrados nas respectivas contas patrimoniais de “instrumentos financeiros derivativos” em contrapartida às respectivas contas de “resultado com instrumentos financeiros derivativos” e os valores nominais dessas operações são registrados em contas de compensação.

O contrato a termo de moeda estrangeira sem entrega física (ou *Non Deliverable Forward* – NDF) é negociado em mercado de balcão. É uma operação de compra ou venda de moeda estrangeira, em uma data futura e a uma paridade predeterminada. A liquidação financeira ocorre pela diferença entre a paridade inicial do contrato e a cotação de referência na data de vencimento. Para a precificação dos NDFs foram utilizadas as curvas de juros futuros, obtidas com base em informações da BM&FBOVESPA.

Em 31/03/2014, 31/12/2013 e 31/03/2013, as posições dos instrumentos financeiros derivativos são as seguintes:

Valor Contábil / Mercado	31/03/2014	31/12/2013	31/03/2013
Instrumento:			
Swaps			
- Diferencial a receber	164.942	215.600	144.009
- Diferencial a pagar	(37.058)	(10.686)	(40.085)
Termo de moeda			
- Posição vendida	-	(251)	895
- Posição comprada	42	-	(75)
Contratos futuros			
- Posição ativa	2.440	720	248
- Posição passiva	(865)	(6.235)	(2.941)
Total líquido	129.501	199.148	102.051

A seguir, demonstra-se os valores registrados em conta de ativo, passivo e compensação, segregados nas categorias indexador, faixas de vencimento, valores de referência e contábil, a receber e a pagar. Todas as posições detidas em “swap” são negociadas em balcão e os contratos futuros, na BM&FBOVESPA.

Instrumento/ Posição:	31/03/2014						31/12/2013				31/03/2013		
	Valor Referência	Até 30 dias	De 31 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima 360 dias	Valor contábil	Valor de custo atualizado	Ajuste de marcação a mercado	Valor contábil	Ajuste de marcação a mercado	Valor contábil	Ajuste de marcação a mercado
Swap													
Posição ativa:	1.928.933	50	8.424	358	14.162	141.948	164.942	174.219	(9.277)	215.600	(44.011)	144.009	63.603
- Dólar	1.717.577	-	7.005	170	13.371	141.819	162.365	171.690	(9.325)	-	-	-	-
- CDI	78.301	50	1.419	188	791	-	2.448	2.569	(121)	350	24	1.043	39
- Dólar	-	-	-	-	-	-	-	-	-	215.250	(44.035)	142.966	63.564
- CDI	45.721	-	-	-	-	129	129	(40)	169	-	-	-	-
- Libor	87.334	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Posição passiva:	1.928.933	(16)	(22)	(1.489)	(995)	(34.536)	(37.058)	(30.101)	(6.957)	(10.686)	7.799	(40.085)	(13.060)
- CDI	1.717.577	-	-	(1.468)	(935)	(31.777)	(34.180)	(27.868)	(6.312)	-	-	-	-
- Dólar	78.301	(16)	(7)	-	-	(2.438)	(2.461)	(2.083)	(378)	(3.898)	11.253	(5)	12
- IGPM	45.721	-	(15)	(21)	(60)	(12)	(108)	(67)	(41)	(170)	(14)	(346)	(102)
- Dólar	87.334	-	-	-	-	(309)	(309)	(83)	(226)	(224)	(196)	-	-
- CDI	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(6.394)	(3.244)	(37.013)	(13.184)
- IGPM	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.721)	214
Contratos Futuros													
Posição ativa:	2.586.271	2.440	-	-	-	-	2.440	2.440	-	720	-	248	-
- DDI	511.403	106	-	-	-	-	106	106	-	254	-	164	-
- Dólar	148.067	82	-	-	-	-	82	82	-	192	-	-	-
- DI1	1.926.801	2.252	-	-	-	-	2.252	2.252	-	274	-	84	-
Posição passiva:	2.586.271	(865)	-	-	-	-	(865)	(865)	-	(6.235)	-	(2.941)	-
- DDI	511.403	(674)	-	-	-	-	(674)	(674)	-	(3.822)	-	(2.563)	-
- Dólar	148.067	(180)	-	-	-	-	(180)	(180)	-	(354)	-	(378)	-
- DI1	1.926.801	(11)	-	-	-	-	(11)	(11)	-	(2.059)	-	-	-
Termo moeda													
Posição vendida	5.032	13	29	-	-	-	42	50	(8)	(251)	15	895	750
- Dólar	5.032	13	29	-	-	-	42	50	(8)	(251)	15	895	750
Posição comprada	5.032	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(75)	(120)
Pré	5.032	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(75)	(120)
Total a receber líquido em 31/03/2014		1.622	8.431	(1.131)	13.167	107.412	129.501	145.743	(16.242)	-	-	-	-
Total a receber líquido em 31/12/2013		(5.333)	(762)	9.767	20.791	174.685	-	-	-	199.148	(36.197)	-	-
Total a receber líquido em 31/03/2013		437	(1.424)	(276)	3.658	99.656	-	-	-	-	-	102.051	51.173

Hedge Contábil: Basicamente, esses instrumentos financeiros foram realizados como proteção das operações passivas de *Euro Medium-Term Notes* e Dívidas Subordinadas no exterior, indexadas ao dólar (objetos de *hedge*), classificados como “*hedge*” de risco de mercado.

A efetividade apurada para a carteira de *hedge*, esta em conformidade com o estabelecido na Circular BACEN nº 3082/02.

O resultado apurado com instrumentos financeiros derivativos está assim composto:

	1º Trimestre de 2014			4º Trimestre de 2013			1º Trimestre de 2013		
	Receita	Despesa	Líquido	Receita	Despesa	Líquido	Receita	Despesa	Líquido
<i>Swap</i>	213.808	(293.539)	(79.731)	90.930	(54.015)	36.915	147.874	(247.648)	(99.774)
Contratos futuros	294	-	294	177.131	(195.140)	(18.009)	79.793	(13.722)	66.071
Termo de moeda	244.707	(206.359)	38.348	291	(266)	25	2.200	(71.792)	(69.592)
Total	458.809	(499.898)	(41.089)	268.352	(249.421)	18.931	229.867	(333.162)	(103.295)

d) Resultado com títulos e valores mobiliários:

	1º Trimestre de 2014	4º Trimestre de 2013	1º Trimestre de 2013
Títulos de renda fixa	39.568	46.552	102.848
Aplicações interfinanceiras de liquidez (nota 6b)	16.934	25.152	21.864
Total	56.502	71.704	124.712

8) OPERAÇÕES DE CRÉDITO

As informações sobre a carteira de operações de crédito, que incluem as operações de arrendamento mercantil, adiantamento sobre contratos de câmbio e outros créditos com características de operações de crédito, em 31/03/2014, 31/12/2013 e 31/03/2013, estão assim apresentadas:

a) Composição da carteira por tipo de operação:

	31/03/2014		31/12/2013		31/03/2013	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Crédito direto ao consumidor	8.342.158	52,74	8.135.827	53,67	7.469.317	57,43
Operações de arrendamento mercantil (1)	108.576	0,69	139.202	0,92	269.140	2,07
Empréstimo em consignação	2.187.502	13,83	1.730.544	11,42	1.261.858	9,70
Financiamentos de empreendimentos imobiliários	195.036	1,23	190.462	1,26	815.178	6,27
Financiamentos habitacionais	918.060	5,80	946.927	6,25	168.638	1,30
Empréstimos com garantia imobiliária	324.620	2,05	356.383	2,35	290.621	2,23
Financiamento a titulares de cartões de crédito (2)	583.544	3,69	573.602	3,78	281.068	2,16
Capital de giro	1.481.127	9,36	1.326.583	8,75	1.074.082	8,26
Direitos creditórios adquiridos	15.065	0,10	23.445	0,15	41.946	0,32
Renegociações	34.801	0,22	27.722	0,18	29.732	0,23
Conta garantida	49	-	49	-	542	-
Crédito pessoal	86.306	0,55	93.083	0,62	91.844	0,71
Títulos decontados	32	-	204	-	2.366	0,02
Cheque especial	277	-	277	-	294	-
Financiamento à exportação	603.762	3,82	585.341	3,86	315.497	2,43
Outros	548	-	554	-	5.418	0,04
Total das operações de crédito e arrendamento mercantil	14.881.463	94,08	14.130.205	93,21	12.117.541	93,17
Outros créditos (3)	600.438	3,80	628.285	4,15	488.905	3,76
Adiantamento sobre contratos de câmbio e rendas a receber (4)	334.610	2,12	399.770	2,64	399.116	3,07
Total	15.816.511	100,00	15.158.260	100,00	13.005.562	100,00

(1) Registrado a valor presente;

(2) Refere-se ao financiamento a titulares de cartões de crédito de bandeiras Visa e Mastercard;

(3) Refere-se a recebíveis de cartões de crédito, títulos e créditos a receber com características de concessão de crédito; e

(4) Os adiantamentos sobre contratos de câmbio estão classificados como redutor da rubrica "Outras Obrigações" (Nota 9).

b) Composição da carteira por rating e prazo de vencimento:

	Vencidos	A vencer						Total		
	Há mais de 14 dias	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	31/03/2014	31/12/2013	31/03/2013
AA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	599.649
A	5.948	1.008.731	340.237	310.915	911.938	1.632.449	6.820.892	11.031.110	10.135.328	7.863.611
B	75.015	132.374	98.086	163.483	404.860	494.284	852.691	2.220.793	2.124.611	1.770.365
C	101.898	95.568	69.059	67.209	127.875	253.676	316.802	1.032.087	988.123	765.101
D	51.051	62.270	25.848	8.766	31.819	53.403	244.501	477.658	460.481	312.555
E	45.719	12.099	6.313	3.872	12.170	35.970	84.160	200.303	195.235	185.155
F	49.462	5.645	3.113	4.919	8.804	23.394	63.931	159.268	149.783	175.696
G	41.524	11.547	11.946	2.196	6.761	13.123	40.468	127.565	141.378	166.869
H	261.655	23.506	11.904	10.914	32.301	61.048	166.399	567.727	963.321	1.166.561
Total em 31/03/2014	632.272	1.351.740	566.506	572.274	1.536.528	2.567.347	8.589.844	15.816.511	-	-
Total em 31/12/2013	983.095	1.230.582	544.901	510.456	1.494.949	2.504.711	7.889.566	-	15.158.260	-
Total em 31/03/2013	1.031.321	876.393	420.984	477.567	1.366.707	2.020.929	6.811.661	-	-	13.005.562

c) Composição da carteira de crédito por nível de risco e provisão para créditos de liquidação duvidosa:

Nível	Provisão Requerida %	31/03/2014				31/12/2013		31/03/2013	
		A vencer	Vencidos (1)	Total	Provisão	Total	Provisão	Total	Provisão
AA	-	-	-	-	-	-	-	599.649	-
A	0,50	11.025.162	5.948	11.031.110	55.156	10.135.328	50.777	7.863.611	40.887
B	1,00	2.145.778	75.015	2.220.793	22.207	2.124.611	21.346	1.770.365	18.091
C	3,00	930.189	101.898	1.032.087	30.962	988.123	30.643	765.101	24.105
D	10,00	426.607	51.051	477.658	47.766	460.481	47.048	312.555	34.064
E	30,00	154.584	45.719	200.303	60.091	195.235	59.570	185.155	60.296
F	50,00	109.806	49.462	159.268	79.635	149.783	75.892	175.696	95.118
G	70,00	86.041	41.524	127.565	89.295	141.378	99.885	166.869	123.475
H	100,00	306.072	261.655	567.727	567.727	963.321	963.320	1.166.561	1.166.561
Total em 31/03/2014		15.184.239	632.272	15.816.511	952.839	-	-	-	-
Total em 31/12/2013		14.175.164	983.096	-	-	15.158.260	1.348.481	-	-
Total em 31/03/2013		11.974.241	1.031.321	-	-	-	-	13.005.562	1.562.597
% sobre total de risco					6,02%		8,90%		12,01%

(1) inclui parcelas vencidas há mais de 14 dias.

d) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa:

	1º trimestre de 2014				
	Operações de Crédito e de Arrendamento Mercantil (1)	PDD adicional (2)	Cessões de Crédito (3)	Outros créditos	Total
Saldo do início do trimestre	1.348.481	70	132.982	14.983	1.496.516
- Constituição/reversão de provisão	267.403	(1)	(31.813)	450	236.039
- Baixas contra a provisão	(663.045)	-	-	-	(663.045)
Saldo do fim do trimestre	952.839	69	101.169	15.433	1.069.510
- Créditos recuperados (4) (5)	65.193	-	-	-	65.193
- Efeito no resultado (6)	(202.210)	1	31.813	(450)	(170.846)

	4º trimestre de 2013				
	Operações de Crédito e de Arrendamento Mercantil (1)	PDD adicional (2)	Cessões de Crédito (3)	Outros créditos	Total
Saldo do início do trimestre	1.399.571	71	161.544	19.957	1.581.143
- Constituição/reversão de provisão	279.294	(1)	(28.562)	(4.974)	245.757
- Baixas contra a provisão	(330.384)	-	-	-	(330.384)
Saldo do fim do trimestre	1.348.481	70	132.982	14.983	1.496.516
- Créditos recuperados (4) (5)	49.027	-	-	-	49.027
- Efeito no resultado (6)	(230.267)	1	(28.562)	(4.974)	(196.729)

	1º trimestre de 2013				
	Operações de Crédito e de Arrendamento Mercantil (1)	PDD adicional (2)	Cessões de Crédito (3)	Outros créditos	Total
Saldo do início do período	1.511.364	431	217.137	15.933	1.744.865
- Constituição/reversão de provisão	312.660	2.648	(9.742)	2.180	307.746
- Baixas contra a provisão	(261.427)	-	-	-	(261.427)
Saldo do fim do período	1.562.597	3.079	207.395	18.113	1.791.184
- Créditos recuperados (4) (5)	40.500	-	-	-	40.500
- Efeito no resultado (6)	(272.160)	(2.648)	9.742	(2.180)	(267.246)

- (1) Inclui outros créditos com características de operações de crédito e operações de câmbio;
- (2) Constituída para fazer frente a riscos adicionais da carteira de crédito, de acordo com a experiência da Administração e a expectativa de realização da carteira de crédito;
- (3) Refere-se a provisão para créditos de liquidação duvidosa das operações de cessão de crédito com coobrigação (nota 8g), classificada em Outras Obrigações - diversas;
- (4) No trimestre findo em 31/03/2014, foram recuperados créditos anteriormente baixados contra a provisão para créditos de liquidação duvidosa no montante de R\$ 65.193 (sendo R\$ 58.259 de recuperação de crédito do Banco PAN, R\$ 4.434 de recuperação de operação de arrendamento mercantil e R\$ 2.500 de recuperação de créditos imobiliários). No Consolidado, a carteira de créditos renegociados totaliza R\$ 34.801 (R\$ 27.722 em 31/12/2013 e R\$ 29.732 em 31/03/2013);
- (5) Contabilizado em Rendas de operações de crédito;
- (6) Despesa de provisão constituída menos receita de créditos recuperados;

e) Classificação por setor de atividade:

Setor de atividade	31/03/2014		31/12/2013		31/03/2013	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Pessoa Física	12.140.824	76,76	11.622.375	76,67	10.133.474	77,92
Agroindústria	480.222	3,04	456.126	3,00	210.768	1,62
Açúcar e Etanol	150.177	0,95	129.216	0,85	61.188	0,47
Agronegócio e Proteína Animal	330.045	2,09	326.910	2,15	149.580	1,15
Comércio	847.188	5,36	907.314	5,99	1.026.045	7,89
Atacado e Varejo	847.188	5,36	907.314	5,99	1.026.045	7,89
Indústrias de Base	390.069	2,46	328.261	2,16	210.095	1,61
Autopeças	154	-	174	-	1.079	-
Indústria Química	51.170	0,32	41.586	0,27	44.011	0,34
Óleo e Gás	20	-	20	-	23	-
Outras Indústrias	276.505	1,75	231.195	1,53	150.954	1,16
Papel e Celulose	55.842	0,35	48.941	0,32	1.679	0,01
Têxtil	6.378	0,04	6.345	0,04	12.349	0,10
Serviços	1.958.208	12,38	1.844.184	12,18	1.425.180	10,96
Construção e Incorporação	1.335.642	8,44	1.280.412	8,45	1.045.626	8,04
Financeiros	33.316	0,21	41.209	0,28	79.915	0,62
Locação de Veículos	22.846	0,14	24.692	0,16	9.951	0,08
Mídia, TI e Telecom	15.160	0,10	15.347	0,10	14.554	0,11
Outros Serviços	436.820	2,76	350.492	2,31	215.044	1,65
Saúde, Segurança e Educação	6.604	0,04	6.915	0,05	749	-
Transporte e Logística	94.333	0,60	93.462	0,62	19.342	0,15
Utilitários	13.487	0,09	31.655	0,21	39.999	0,31
Total	15.816.511	100,00	15.158.260	100,00	13.005.562	100,00

f) Concentração das operações de crédito:

Maiores Devedores	31/03/2014		31/12/2013		31/03/2013	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
10 maiores devedores	366.305	2,32	335.470	2,21	333.206	2,56
50 seguintes maiores devedores	990.777	6,26	891.200	5,88	800.680	6,16
100 seguintes maiores devedores	1.050.745	6,64	1.054.544	6,96	896.469	6,89
Demais devedores	13.408.684	84,78	12.877.046	84,95	10.975.207	84,39
Total	15.816.511	100,00	15.158.260	100,00	13.005.562	100,00

g) Operações de venda ou transferência de ativos financeiros:

• Cessões sem coobrigação

No trimestre findo em 31/03/2014, foram realizadas cessões de créditos com instituição financeira, conforme demonstrado a seguir:

	31/03/2014		Resultado (1)		
	Valor da cessão	Valor presente	1º Trimestre de 2014	4º Trimestre de 2013	1º Trimestre de 2013
Sem coobrigação					
Crédito direto ao consumidor	266.820	230.585	36.235	68.881	52.378
Empréstimo em consignação	528.305	435.798	92.507	135.082	188.757
Financiamentos habitacionais	58.952	53.314	5.638	17.495	9.439
Financiamentos de empreendimentos imobiliários	7.280	6.556	724	2.379	927
Empréstimos com garantia imobiliária	176.143	150.602	25.541	1.116	49.311
Total	1.037.500	876.855	160.645	224.953	300.812

(1) Contabilizado em "Rendas de operações de crédito".

• Cessões com coobrigação

As responsabilidades por créditos cedidos com coobrigação montam a R\$ 369.904 (R\$ 498.748 em 31/12/2013 e R\$ 972.902 em 31/03/2013), apurado pelo valor presente por meio das taxas dos contratos.

O valor presente apurado pelas taxas de cessão de crédito monta a R\$ 397.626 (R\$ 540.424 em 31/12/2013 e R\$ 1.091.114 em 31/03/2013), para as quais foi constituída provisão para créditos de liquidação duvidosa no montante de R\$ 101.169 (R\$ 132.982 em 31/12/2013 e R\$ 207.395 em 31/03/2013), calculada com base nos mesmos critérios adotados para o cálculo da provisão para créditos de liquidação duvidosa das operações não cedidas e registrada na rubrica "Outras obrigações diversas" (nota nº 22b).

h) Rendas de operações de crédito e arrendamento mercantil:

	1º Trimestre de 2014	4º Trimestre de 2013	1º Trimestre de 2013
Lucros nas cessões de crédito (nota 8g)	160.645	224.953	300.812
Cartão de crédito	84.912	85.666	54.672
Crédito direto ao consumidor	415.634	405.656	363.552
Empréstimos em consignação	106.830	87.618	86.165
Crédito pessoal	9.397	10.287	11.498
Recuperação de créditos baixados como prejuízos (1)	65.193	49.027	40.500
Direitos creditórios	1.070	1.569	2.329
Renegociações	1.034	971	756
Financiamento à exportação	56.430	62.814	15.184
Habitacionais	34.201	41.456	26.489
Rendas de empreendimentos imobiliários	4.050	6.526	5.090
Rendas de empréstimos com garantia imobiliária	9.853	15.705	15.315
Capital de giro	53.966	47.232	33.171
Arrendamento mercantil, líquido de despesas (2)	6.029	8.112	13.167
Outras	1.046	1.140	1.145
Total	1.010.290	1.048.732	969.845

(1) Consideram-se operações de crédito e arrendamento mercantil; e

(2) Não inclui recuperação de créditos baixados para prejuízo

9) CARTEIRA DE CÂMBIO

a) Saldos patrimoniais:

	31/03/2014	31/12/2013	31/03/2013
Ativo – Outros Créditos			
Câmbio comprado a liquidar	330.272	411.553	1.697.911
Direitos sobre venda de câmbio	-	-	605.250
Rendas a receber	11.222	16.965	13.680
Total do Ativo	341.494	428.518	2.316.841
Passivo - Outras Obrigações			
Câmbio vendido a liquidar		-	604.140
Obrigações por compra de câmbio	329.568	382.805	1.688.696
Adiantamento sobre contratos de câmbio	(323.388)	(382.805)	(385.436)
Total do Passivo	6.180	-	1.907.400

b) Resultado de operação de câmbio:

	1º Trimestre de 2014	4º Trimestre de 2013	1º Trimestre de 2013
Rendas de Financiamento à Exportação	8.474	8.252	8.244
Varição Cambial	(8.938)	17.930	4.351
Outros	519	563	2.021
Total	55	26.745	14.616

10) RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS

Compreendem as carteiras de financiamentos imobiliários adquiridas pela Brazilian Securities, que serão utilizadas como lastro para futuras emissões de Certificados de Recebíveis Imobiliários.

	Vencimento final	Indexador	Juros % a.a.	31/03/2014	31/12/2013	31/03/2013
Tranches 95 e 96 (1)	08/09/2027	TR	8,65%	9.341	10.069	12.795
Cédula de Crédito Imobiliário	20/02/2042	INCC/IGPM ou TR	Até 17,09%	-	-	101.087
Cédula de Crédito Imobiliário	30/12/2043	INCC/IGPM /TR e sem correção monetária	0 até 18,33	197.993	183.681	-
Total				207.334	193.750	113.882

(1) As referidas tranches foram securitizadas.

Qualidade do Crédito:

Os contratos dos recebíveis imobiliários têm cláusula de alienação fiduciária do imóvel objeto. A Administração da Companhia entende que essa garantia é suficiente para cobertura de eventuais perdas decorrentes da inadimplência dos mutuários, não sendo, portanto, necessária a constituição de qualquer provisão complementar.

Os recebíveis imobiliários são considerados ativos de boa capacidade de pagamento, uma vez que são adquiridos apenas se apresentarem características, garantias e históricos de pagamento que demonstrem sua alta probabilidade de realização, para que sejam passíveis de securitização.

11) BENEFÍCIO RESIDUAL EM OPERAÇÕES SECURITIZADAS

a) Resumo dos saldos contábeis sob regime fiduciário:

	31/03/2014	31/12/2013	31/03/2013
Disponibilidades	55.240	29.127	28.164
Aplicações Financeiras	152.633	182.360	134.700
Recebíveis Imobiliários (1)	10.204.921	10.313.889	8.894.644
Outros Ativos	22.753	26.513	7.184
Total do Ativo	10.435.547	10.551.889	9.064.692
Certificados de Recebíveis Imobiliários (2)	10.315.781	10.400.866	9.015.870
Outros Passivos	107.171	137.865	31.040
Total do Passivo	10.422.952	10.538.731	9.046.910
Benefício Residual em Operações Securitizadas (3)	12.595	13.158	17.782

- (1) Os recebíveis imobiliários são atualizados pelo IGPM, IPCA, TR, Poupança e CDI ou não possuem indexador de atualização, adicionados de taxas de juros que variam de 0,00 % a.a. a 58,2466 % a.a. (31/12/2013 – 0,00% a.a. a 19,7988% a.a.) e também são atualizados por 100% do CDI a 121,48% do CDI, adicionados a taxas de juros que variam de 0,00% a.a. a 2,50% a.a., e com vencimento até 26/07/2043;
- (2) Os certificados de recebíveis imobiliários são atualizados pelo IGPM, IPCA, TR, Poupança e CDI ou não possuem indexador de atualização, adicionados de taxas de juros que variam de 3,0687% a.a. a 77,5036% a.a. (31/12/2013 – 3,0687% a.a. a 77,5036% a.a.) e, também são atualizados por 100% do CDI a 121,48% do CDI, adicionados a taxas de juros que variam de 0,00% a.a. a 2,00% a.a. e com vencimento até 01/07/2043; e
- (3) Benefício residual em operações securitizadas corresponde ao saldo residual, líquido de eventuais garantias prestadas, dos patrimônios separados das operações securitizadas que, de acordo com a Lei nº 9.514/97, será reintegrado ao patrimônio comum da companhia securitizadora no momento da extinção do regime fiduciário e liquidação dos respectivos certificados de recebíveis imobiliários.

b) Ao longo do 1º trimestre de 2014, a Controlada Brazilian Securities adquiriu o montante de R\$ 133.772 (31/12/2013 – R\$ 3.134.267 e 31/03/2013 – R\$ 369.424) de recebíveis imobiliários. Adicionalmente, foram realizadas operações de retrocessões no montante de R\$ 1.089 (31/12/2013 – R\$ 15.223 e 31/03/2013 – R\$ 1.867).

c) Em 31/03/2014, o total de parcelas em atraso há mais de 90 dias dos recebíveis imobiliários vinculados as séries emitidas é de R\$ 26.016 mil, que corresponde a 2,01% do total dos recebíveis imobiliários vinculados as séries.

12) OUTROS CRÉDITOS – DIVERSOS (1)

	31/03/2014	31/12/2013	31/03/2013
Créditos tributários (Nota 34b)	2.864.084	2.810.588	3.035.866
Títulos e créditos a receber (2)	600.438	628.285	488.905
Imposto de renda a compensar	349.104	380.069	127.483
Valores a receber por cessão de créditos	242.414	205.281	131.872
Depósitos judiciais e fiscais	156.340	144.554	97.548
Valores a receber de sociedades ligadas	13.706	-	1.777
Valores a receber de empréstimos consignados (4)	22.691	17.456	33.157
Adiantamentos para pagamento por nossa conta	8.959	9.427	-
Cartões de crédito (3)	1.104	2.110	16.105
Adiantamentos e antecipações salariais	835	1.694	-
Outros	103.904	97.321	70.470
Total	4.363.579	4.296.785	4.003.183

(1) Inclui títulos e créditos a receber;

(2) Refere-se a recebíveis de cartões de crédito e títulos de crédito a receber com característica de concessão de crédito;

(3) Refere-se às operações com cartões de crédito cujas faturas ainda não foram emitidas, ou que foram emitidas, mas ainda não venceram; e

(4) Refere-se a valores recebidos e ainda não repassados ao Banco por Governos Estaduais e Municipais, cujos repasses vêm sendo negociados pelo Banco PAN, que constitui provisão integral para perdas e para os repasses em atraso há mais de 180 dias, cujo saldo em 31/03/2014 é R\$ 14.383 (R\$ 13.830 em 31/12/2013 e R\$ 17.085 em 31/03/2013).

13) OUTROS VALORES E BENS

a) Bens não de uso próprio/outros:

	Custo	Provisão para perdas	Valor Residual		
			31/03/2014	31/12/2013	31/03/2013
Veículos	33.687	(14.013)	19.674	15.675	15.388
Veículos em regime especial	43.443	(37.692)	5.751	6.587	9.013
Imóveis	66.038	(55)	65.983	51.827	18.978
Total dos bens não de uso próprio	143.168	(51.760)	91.408	74.089	43.379
Outros bens	432	-	432	476	208
Total em 31/03/2014	143.600	(51.760)	91.840	-	-
Total em 31/12/2013	126.735	(52.170)	-	74.565	-
Total em 31/03/2013	143.391	(99.804)	-	-	43.587

b) Despesas antecipadas:

	31/03/2014	31/12/2013	31/03/2013
Comissões pagas a correspondentes bancários	457.466	397.819	356.623
Gastos na emissão de títulos no exterior	7.900	21.318	12.080
Despesas de comercialização da Seguradora	22.132	19.630	8.071
Outras	1.856	2.386	1.261
Total	489.354	441.153	378.035

14) INVESTIMENTOS

a) Controladas:

Empresas	Capital Social	Patrimônio Líquido Ajustado	Quantidade de ações/cotas possuídas (em milhares)			Participação consolidada no capital social	Lucro Líquido/(Prejuízo) Ajustado 31/03/2014	Saldo dos Investimentos			Ajuste decorrente de avaliação (2) Trimestre findo em		
			ON	PN	Cotas			31/03/2014	31/12/2013	31/03/2013	1º Trimestre de 2014	4º Trimestre de 2013	1º Trimestre de 2013
Panamericano Arrendamento Mercantil S.A. (1) (3)	141.521	60.727	11	-	-	99,970%	(3.267)	60.708	63.974	64.933	(3.267)	(2.464)	(2.229)
PAN Seguros S.A. (1) (3)	71.256	137.128	339.207	106	-	99,999%	10.874	137.126	181.255	148.586	10.874	21.335	10.909
Panserv Prestadora de Serviços Ltda. (1) (3)	5.061	13.042	-	-	5.061	99,999%	574	13.043	29.468	28.814	574	(3.439)	1.520
Panamericano Adm. e Corretora de Seguros e Previdência Privada Ltda. (1) (3)	306	7.757	-	-	306	99,999%	2.015	7.757	5.742	3.520	2.015	1.217	1.097
Ourinvest Real Estate Holding S.A. (1) (3) (4) (5) (6) (7)	867.543	794.354	151.656	31.431	-	100,000%	(2.251)	892.126	897.517	998.255	(2.251)	(5.579)	31.978
Total								1.110.760	1.177.956	1.244.108	7.945	11.070	43.275

- Dados relativos a 31/03/2014;
- Ajuste decorrente de avaliação, considera os resultados apurados pelas sociedades, a partir de aquisição e inclui variações patrimoniais das investidas não decorrentes de resultado, bem como os ajustes por equalização de práticas contábeis, quando aplicáveis;
- Empresas que tiveram suas informações trimestrais do período findo em 31/03/2013 auditadas pelos mesmos auditores independentes do Banco PAN;
- Em 10/02/2014, foi deliberado por AGE o pagamento de dividendos no montante de R\$ 55.000;
- O valor contábil inclui ágio na aquisição do investimento no montante de R\$ 97.042, líquido da amortização acumulada (Nota 16a);
- Em 15/04/2013 foi aprovada a redução de capital social da Ourinvest Real Estate Holding S.A. no montante de R\$ 85.000; e
- Em 17/09/2013 foi aprovado o aumento de capital social da Ourinvest Real Estate Holding S.A no montante de R\$ 55.000.

b) Outros Investimentos:

	31/03/2014	31/12/2013	31/03/2013
Câmara Interbancária de Pagamentos	380	380	380
IRB Brasil Resseguros S.A.	304	304	304
Incentivos fiscais	69	69	80
Obras de Arte	23	23	23
Outros	1	1	1
Total	777	777	788

15) IMOBILIZADO

Demonstrado ao custo de aquisição. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas anuais que contemplam a vida útil-econômica dos bens.

	Taxa anual	Custo	Depreciação	Valor residual		
				31/03/2014	31/12/2013	31/03/2013
Imóveis de uso	4%	2.530	(352)	2.178	2.198	2.259
Instalações, móveis e equipamentos de uso	10%	67.431	(19.984)	47.447	48.564	9.182
Sistemas de segurança e comunicações	10%	3.732	(1.958)	1.774	1.827	1.102
Sistemas de processamento de dados	20%	34.720	(22.490)	12.230	12.546	6.252
Sistemas de transportes	20%	382	(229)	153	164	59
Outras immobilizações	-	154	-	154	132	113
Total em 31/03/2014		108.949	(45.013)	63.936	-	-
Total em 31/12/2013		107.826	(42.395)	-	65.431	-
Total em 31/03/2013		55.338	(36.371)	-	-	18.967

16) INTANGÍVEL

a) Ágio:

O ágio na aquisição de investimento totalizou a R\$ 250.532, representado por expectativa de rentabilidade futura do investimento, que será amortizado linearmente em 10 anos ou quando de sua realização. Esse ágio está registrado nas demonstrações financeiras consolidadas no intangível.

No trimestre findo em 31/03/2014, foram amortizados ágios no montante de R\$ 2.911. Para maiores informações sobre a aquisição do investimento vide (nota 1) às informações trimestrais.

b) Os ativos intangíveis adquiridos são compostos por:

	Taxa Amortização	Custo	Amortização	Valor residual		
				31/03/2014	31/12/2013	31/03/2013
Gastos com desenvolvimento e logiciais	20% a 50%	57.558	(27.213)	30.345	29.449	25.489
Ágio (Nota 16.a)	10%	250.532	(41.756)	208.776	215.039	233.829
Outros	10%	1.522	(297)	1.225	1.503	3
Total em 31/03/2014		309.612	(69.266)	240.346	-	-
Total em 31/12/2013		306.014	(60.023)	-	245.991	-
Total em 31/03/2013		292.376	(33.055)	-	-	259.321

c) Movimentação dos ativos intangíveis por classe:

	Gastos com desenvolvimento logiciais	Ágio (Nota 16a)	Outros	Total
Saldo em 31/12/2013	29.449	215.039	1.503	245.991
Adições	3.599	-	-	3.599
Amortização do período	(2.703)	(6.263)	(278)	(9.244)
Saldo em 31/03/2014	30.345	208.776	1.225	240.346

17) DEPÓSITOS, CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO E RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS

a) Depósitos:

	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total		
					31/03/2014	31/12/2013	31/03/2013
• Depósitos à vista (1)	171.440	-	-	-	171.440	178.058	106.746
• Depósitos interfinanceiros	4.970.748	2.125.598	49.886	43.108	7.189.340	6.404.375	4.203.738
• Depósitos a prazo (2)	203.303	383.537	481.154	1.443.940	2.511.934	2.682.872	2.315.702
Total em 31/03/2014	5.345.491	2.509.135	531.040	1.487.048	9.872.714	-	-
Total em 31/12/2013	4.712.819	2.835.908	230.744	1.485.834	-	9.265.305	-
Total em 31/03/2013	1.745.884	2.886.395	791.973	1.201.935	-	-	6.626.186

(1) Classificados no prazo de 1 a 30 dias. Não considera a média histórica do giro.

(2) O Banco celebrou acordo junto a investidores relativamente a 13 CDBs de emissão da própria instituição, no valor corrigido até 31/12/2013 por suas taxas de emissão de R\$ 500,4 milhões, que eram contestados em juízo, para encerramento do litígio em relação a tais CDBs. Como resultado deste acordo, o Banco apurou ganho contábil imediato de R\$ 84,5 milhões no 4º trimestre de 2013 e, além disso, deixará de ter despesas futuras de juros relativos a tais CDBs de R\$ 285,7 milhões até os seus respectivos vencimentos.

b) Captações no mercado aberto:

	Até 30 dias	91 a 360 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total		
					31/03/2014	31/12/2013	31/03/2013
Carteira Própria	260.000	658	50.318	30.484	341.460	422.920	754.082
• Letras Financeiras do Tesouro – LFT	122.929	658	50.318	30.484	204.389	158.118	400.683
• Notas do Tesouro Nacional - NTN	137.071	-	-	-	137.071	264.802	353.399
Carteira de Terceiros	496.999	-	-	-	496.999	664.077	462.393
• Letras Financeiras do Tesouro – LFT	149.998	-	-	-	149.998	-	-
• Notas do Tesouro Nacional – NTN	-	-	-	-	-	207.078	462.393
• Letras do Tesouro Nacional – LTN	347.001	-	-	-	347.001	456.999	-
Carteira Livre Movimentação	-	-	-	-	-	-	104.571
• Notas do Tesouro Nacional – NTN	-	-	-	-	-	-	104.571
Total em 31/03/2014	756.999	658	50.318	30.484	838.459	-	-
Total em 31/12/2013	1.009.485	19.040	760	57.712	-	1.086.997	-
Total em 31/03/2013	1.247.956	36.113	26.516	10.461	-	-	1.321.046

c) Recursos de aceites e emissão de títulos:

	Até 30 dias	31 a 90 dias	91 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total		
					31/03/2014	31/12/2013	31/03/2013
Títulos e Valores Mobiliários – país							
• Certificado de Recebíveis Imobiliários	100	199	885	10.976	12.160	12.929	15.961
• Letras Financeiras – LF	379.229	174.144	691.710	1.182.719	2.427.802	2.227.844	1.588.560
• Letras de Crédito do Agronegócio – LCA	209.747	213.951	329.699	42.047	795.444	724.857	422.051
• Letras de Crédito Imobiliário – LCI	139.846	193.424	706.926	479.050	1.519.246	1.471.212	1.337.903
Subtotal	728.922	581.718	1.729.220	1.714.792	4.754.652	4.436.842	3.364.475
• Recursos de Debêntures	-	-	-	-	-	-	47.415
Subtotal	-	-	-	-	-	-	47.415
Títulos e Valores Mobiliários – exterior (1)							
• Euro <i>Medium-Term Notes</i>	-	-	6.125	653.188	659.313	687.904	584.654
Subtotal	-	-	6.125	653.188	659.313	687.904	584.654
Total em 31/03/2014	728.922	581.718	1.735.345	2.367.980	5.413.965	-	-
Total em 31/12/2013	173.428	344.723	1.873.680	2.732.915	-	5.124.746	-
Total em 31/03/2013	138.386	513.259	869.309	2.475.590	-	-	3.996.544

(1) Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior

Em 22/02/2006, o Banco PAN lançou um programa de captação de recursos no exterior cujo total foi de US\$ 500.000 por meio da emissão de “Euro Medium-Term Notes”, dos quais US\$ 200.000 em 26/10/2009 e US\$ 300.000 em 04/08/2010.

O Banco PAN cumpriu a obrigação de oferecer aos detentores dessas notas a opção de resgatá-las antecipadamente pelo mesmo valor devido nas datas de vencimento originais (valor de face ou valor ao par). Esta opção pôde ser exercida entre os dias 27/06/2011 e 12/07/2011, e teve a adesão com valor total de principal de US\$ 900 para o vencimento em 2012 e US\$ 11.400 na emissão com vencimento em 2015. A liquidação destes resgates antecipados foi efetuada em 27/07/2011.

A seguir, saldo atualizado da *tranche* nas datas dos balanços:

<i>Tranche</i> US\$ mil	Taxa de juros	Vencimento	31/03/2014 (1)	31/03/2014 (1)	31/03/2013 (1)
288.638	5,50% a.a.	04/08/2015		659.313	584.654
Total				659.313	584.654

(1) O ajuste de marcação a mercado das captações no exterior foi contabilizado em contas de resultado de operações de captação no mercado, cujo montante foi uma despesa de R\$ 4.189 no 1º trimestre de 2014, uma despesa de R\$ 4.200 no 4º trimestre de 2013 e uma receita de R\$ 11.178 no 1º trimestre de 2013. Essa operação possui hedge de risco de mercado (notas 3e e 7c).

d) Despesas de depósitos, captações no mercado aberto, recursos de emissão de títulos e dívidas subordinadas:

	1º Trimestre de 2014	4º Trimestre de 2013	1º Trimestre de 2013
Depósitos a prazo (1)	97.745	55.055	74.652
Depósitos interfinanceiros	164.261	116.882	70.431
Variação cambial	(65.356)	88.801	(23.423)
Títulos e valores mobiliários no exterior e Dívidas subordinadas	37.697	37.897	32.879
Marcação a mercado de captações no exterior – Dívida Subordinada e TVM no exterior	10.261	4.866	(61.111)
Operações compromissadas	21.554	29.047	24.909
Letras Financeiras – LF	64.566	57.088	24.480
Letras de Crédito do Agronegócio – LCA	17.467	15.754	5.755
Contribuições ao Fundo Garantidor de Créditos – FGC	2.395	3.044	2.175
Letras de Crédito Imobiliário – LCI	35.533	5.802	21.166
Captação por meio de FIDCs	59	1.602	8.705
Debêntures	-	-	1.010
Total	386.182	415.838	181.628

(1) O Banco PAN celebrou acordo junto a investidores relativamente a 13 CDBs de emissão da própria instituição, no valor corrigido até 31/12/2013 por suas taxas de emissão de R\$ 500,4 milhões, que eram contestados em juízo, para encerramento do litígio em relação a tais CDBs. Como resultado deste acordo, o Banco PAN apurou ganho contábil imediato de R\$ 84,5 milhões no 4º trimestre de 2013 e, além disso, deixará de ter despesas futuras de juros relativos a tais CDBs de R\$ 285,7 milhões até os seus respectivos vencimentos.

18) RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS – CORRESPONDENTES NO PAÍS

Referem-se a recebimentos de parcelas de contratos cedidos e a bens retomados relativos a contratos cedidos a serem repassados aos cessionários, atualizados pelas taxas pactuadas nos contratos de cessão de crédito.

	31/03/2014	31/12/2013	31/03/2013
Crédito direto ao consumidor, crédito pessoal, crédito consignado e crédito imobiliário	140.338	129.740	153.532
Total	140.338	129.740	153.532

19) OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS

a) Saldos patrimoniais:

	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	31/03/2014	31/12/2013	31/03/2013
• No País	-	1.447	-	100.000	101.447	101.458	138.307
• No Exterior	4.066	115.744	113.150	113.150	346.110	238.391	312.838
Total em 31/12/2013	4.066	117.191	113.150	213.150	447.557	-	-
Total em 31/12/2013	3.267	2.322	117.130	217.130	-	339.849	
Total em 31/03/2013	-	103.514	46.251	301.380	-	-	451.145

b) Resultado de obrigações por empréstimos:

Empréstimos	1º Trimestre de 2014	4º Trimestre de 2013	1º Trimestre de 2013
No país	(14.810)	41.684	(6.840)
No exterior	15.837	109.731	(1.060)
Total	1.027	151.415	(7.900)

20) DÍVIDAS SUBORDINADAS

Demonstra-se a seguir a composição das tranches e saldos atualizados nas datas dos balanços:

Vencimento	Prazo original em anos	Valor da Operação	Moeda	Remuneração	31/03/2014	31/12/2013	31/03/2013
No Exterior (1): 2020	10	US\$ 500.000	US\$	Taxa de 8,50% a.a.	1.232.993	1.243.306	1.140.467
No País: 2018 (2)	06	R\$ 10.000	R\$	100,0% da taxa CDI + 1,35% a.a.	11.859	11.544	10.747
2019 (3)	06	R\$ 100.000	R\$	100,0% da taxa IPCA + 5,60% a.a.	109.713	105.777	-
Total					1.354.565	1.360.627	1.151.214

- (1) O ajuste de marcação a mercado das dívidas subordinadas foi contabilizado em contas de resultado de operações de captação no mercado, cujo montante foi uma despesa de R\$ 6.072 no trimestre findo em 31/03/2014 (receita de R\$ 77.403 no 4º trimestre de 2013 e uma receita de R\$49.933 no 1º trimestre de 2013). Essa operação possui hedge de risco de mercado (notas 3 e 7c);
- (2) Letras Financeiras Subordinada, emitidas em 22/05/2012, com vencimento em 22/05/2018; e
- (3) Letras Financeiras Subordinada, emitidas em 05/06/2013 com vencimento 05/04/2019.

21) PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS (FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS)

a) Obrigações legais:

O Banco PAN e suas controladas (PAN Seguros e Panamericano Arrendamento Mercantil) vinham questionando judicialmente a exigibilidade das contribuições ao PIS e COFINS na forma da Lei nº 9.718/98 e por força de decisões judiciais intermediárias não vinha efetuando o pagamento desses tributos, mas provisionava esses valores.

Em 28/11/2013, a fim de usufruir dos benefícios instituídos pelo artigo 39, inciso I da Lei 12.865, de 9/10/2013, com alterações da MP 627 de 11/11/2013, o Banco PAN e a PAN Seguros S/A aderiram ao Programa de Recuperação Fiscal ("REFIS") referente às contribuições ao PIS e COFINS dos períodos de 2006 e 2012, pagando à vista os débitos, e desistiram da discussão judicial existente. Consequentemente, as respectivas provisões existentes nas duas empresas foram baixadas e esses tributos passaram a ser recolhidos normalmente.

As provisões existentes na empresa Panamericano Arrendamento Mercantil S/A no valor de R\$ 54.404 permanecem registradas.

O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o encerramento da ação, representado por decisões judiciais sobre as quais não caiba mais recursos ou pela sua prescrição

b) Provisões classificadas como perda provável:

O Banco PAN é parte em processos judiciais de natureza trabalhista, cível e fiscal decorrentes do exercício de suas atividades. São constituídas provisões para os processos em que a perda for avaliada como provável com base na opinião de assessores jurídicos, na natureza e complexidade das ações e no posicionamento dos tribunais. A provisão constituída é suficiente para atender ao risco de perda decorrente desses processos.

Processos trabalhistas

São ações ajuizadas por ex-empregados e prestadores de serviço, visando a obter o pagamento de verbas trabalhistas em geral e em especial horas extras – em razão da interpretação do artigo 224 da CLT ou responsabilização subsidiária nas ações que envolvem os prestadores de serviço.

Esses processos são geridos individualmente por meio de sistema informatizado e a provisão constituída individualmente de acordo com os critérios mencionados anteriormente. Os valores envolvidos são provisionados integralmente quando no caso dos processos com decisão judicial desfavorável. Para o cálculo do valor de risco das demais ações, é considerado o índice histórico de perda dos processos encerrados nos últimos 12 meses aplicado sobre o valor do pedido.

Processos cíveis

São processos de natureza condenatória de obrigação de pagar, referente a ações indenizatórias, protestos, devolução de cheques, inserção de informações sobre devedores no cadastro de restrições ao crédito e à restituição de valores.

Essas ações são geridas individualmente por meio de sistema informatizado e a provisão constituída individualmente quando a probabilidade de perda for avaliada como provável, considerando a opinião dos assessores jurídicos, a natureza e complexidade das ações e o posicionamento dos tribunais.

Os valores envolvidos são provisionados integralmente no caso dos processos com decisão judicial desfavorável. Para o cálculo do valor de risco das demais ações, é considerado o índice histórico de perda dos processos encerrados nos últimos 12 meses aplicado sobre o valor do pedido.

I - Provisões segregadas por natureza:

	31/03/2014	31/12/2013	31/03/2013
Processos cíveis	162.793	163.105	129.977
Processos tributários	27.200	21.386	20.990
Processos trabalhistas	75.336	59.717	19.299
Subtotal (1)	265.329	244.208	170.266
Provisão para riscos fiscais (2)	54.404	53.241	681.050
Total	319.733	297.449	851.316

(1) Nota 22b; e

(2) Classificados na rubrica "Outras Obrigações – fiscais e previdenciárias" (Nota 22a).

II - Movimentação das provisões:

Consolidado	31/03/2014					
	Trabalhistas	Cíveis	Tributárias	Subtotal	Fiscais	Total
Saldo em 31/12/2013	59.717	163.105	21.386	244.208	53.241	297.449
Baixas	(1.534)	(19.144)	-	(20.678)	-	(20.678)
Constituições líquidas de reversões	17.153	18.832	5.814	41.799	1.163	42.962
Saldo em 31/03/2014	75.336	162.793	27.200	265.329	54.404	319.733

(1) Nota 21a

Não existem em curso processos administrativos significativos por descumprimento das normas do Sistema Financeiro Nacional que possam gerar o pagamento de multas ou causar impactos representativos no resultado do Banco PAN ou das empresas controladas.

III – Passivos contingentes classificados como perda possível

No 4º trimestre de 2011 a PAN Seguros S.A. recebeu um auto de infração da Receita Federal do Brasil por meio do qual a fiscalização constituiu supostos créditos tributários de imposto de renda, contribuição social e imposto de renda retido na fonte relativos ao ano base de 2007, cujo montante acrescido da multa de ofício e juros de mora totalizou a R\$ 15.819.

No 3º trimestre de 2012, o Panamericano Arrendamento Mercantil S.A. recebeu um auto de infração da Receita Federal do Brasil, por meio do qual a fiscalização constituiu supostos créditos tributários de imposto de renda, contribuição social relativos aos anos base de 2007 e 2008, cujo montante acrescido da multa de ofício e juros de mora totalizou a R\$ 19.166.

No 4º trimestre de 2012, foram lavrados três autos de infração da Receita Federal do Brasil contra o Banco PAN S.A., por meio do qual a fiscalização constituiu supostos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social relativos aos anos base de 2007 e 2008, cujo montante acrescido da multa de ofício e juros de mora totalizou a R\$ 170.475.

No 4º trimestre de 2013, o Panamericano Arrendamento Mercantil S.A. recebeu autos de infração da Prefeitura de São Paulo, que visam exigir ISS sobre o Valor Residual Garantido – VRG cobrado pela empresa nas operações de arrendamento mercantil realizadas no período de 2008 a 2012, cujo montante de principal e multa totalizou R\$ 43.656.

A Administração, amparada na opinião dos assessores jurídicos, classificou como possível a probabilidade de perda desses processos.

22) OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Fiscais e previdenciárias:

	31/03/2014	31/12/2013	31/03/2013
Provisão para riscos fiscais (Nota 21a)	54.404	53.241	681.050
Parcelamento Refis – Lei nº 11.941/2009 (1)	34.032	34.872	37.397
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar	20.618	65.887	48.387
Provisão para imposto de renda diferido (Nota 34e)	132.050	145.271	202.128
Impostos retidos na fonte sobre terceiros	9.543	7.596	8.553
Impostos e contribuições sobre salários	3.795	4.431	4.687
ISS a recolher	2.379	2.978	2.880
COFINS a recolher	11.061	17.136	3.424
Impostos retidos na fonte sobre títulos de renda fixa	941	2.775	476
PIS a recolher	1.882	2.878	644
Outros	142	358	44
Total	270.847	337.423	989.670

(1) O Banco PAN e suas empresas controladas são partes em ações judiciais e processos administrativos de natureza tributária. Considerando os termos e as vantagens oferecidos pelo programa de anistia fiscal editado pelo Governo Federal, por meio da Lei nº 11.941/09, a administração do Banco PAN reavaliou juntamente com seus assessores jurídicos a conveniência de aderir ao referido programa. Como consequência, optou-se pela desistência de diversos processos movidos pelo Banco PAN e controladas, assumindo débitos fiscais como suas obrigações tributárias e a consequente obrigatoriedade do pagamento regular dos impostos, contribuições e demais obrigações como condição essencial para a manutenção das condições de pagamento previstas no parcelamento. Os principais processos que fazem parte do programa de anistia são: (i) Contribuição Previdenciária parte empresa, sobre pagamentos à pessoa física; (ii) Exclusão indevida de Provisão para Devedores Duvidosos da base de cálculo de IRPJ/CSLL; (iii) IRPJ decorrente de adesão irregular ao Incentivo Fiscal – FINOR; e (iv) Aproveitamento indevido de prejuízo fiscal na base de cálculo IRPJ/CSLL.

Os débitos foram consolidados junto à Receita Federal do Brasil e após apropriação das antecipações efetuadas, apresenta a seguinte composição:

	31/03/2014	31/12/2013	31/03/2013
Débitos previdenciários	29.566	30.265	32.360
Demais débitos	4.466	4.607	5.037
Total	34.032	34.872	37.397

b) Diversas:

	31/03/2014	31/12/2013	31/03/2013
Valores a pagar a estabelecimento referente a compras com cartões de crédito	514.001	554.055	450.225
Provisão para passivos contingentes (Nota 21b)	265.329	244.208	170.266
Arrecadação de cobrança	112.180	95.422	54.544
Provisão para créditos cedidos de liquidação duvidosa (Nota 8d)	101.169	132.982	207.395
Provisão para pagamentos a efetuar	101.603	144.548	116.298
Valores a pagar a sociedades ligadas	13.036	11.958	7.408
Valores a pagar a lojistas	9.189	2.088	40.794
Captação de recursos FIDCs	-	2.658	444.151
Depósitos de terceiros	443	1.797	97
Valores específicos de consórcio	15.198	15.815	19.056
Outros	78.256	78.383	11.140
Total	1.210.404	1.283.914	1.521.734

23) PROVISÕES TÉCNICAS – SEGUROS E RESSEGUROS

As provisões técnicas – seguros e resseguros apresentam a seguinte composição:

a) Provisões de prêmios não ganhos:

	31/04/2014	31/12/2013	31/03/2013
Prestamistas	110.810	108.794	78.889
Desemprego/perda de renda	8.881	10.500	15.798
Acidentes pessoais coletivos	2.302	2.761	4.133
Rendas de eventos aleatórios	287	405	838
Seguro Habitacional – Prestamista	41	39	2
Vida em grupo	4	49	12
Seguro Habitacional – Demais coberturas	1	1	-
Total	122.326	122.549	99.672

b) Sinistros a liquidar:

	31/03/2014	31/12/2013	31/03/2013
Prestamistas	3.580	2.408	1.874
Acidentes pessoais coletivos	2.736	2.076	2.410
Vida em grupo	1.933	1.393	1.553
Rendas de eventos aleatórios	858	813	642
Desemprego/perda de renda	555	740	646
Seguro Habitacional – Prestamista	303	125	56
Seguro Habitacional – Demais Coberturas	10	-	-
Outros	18	16	16
Subtotal (1)	9.993	7.571	7.197
DPVAT	20.319	21.436	17.164
Total	30.312	29.007	24.361

(1) Do montante de R\$ 9.993 (R\$ 7.571 em 31/12/2013), o valor de R\$ 5.054 (R\$ 3.729 em 31/12/2013) refere-se a processos de sinistros em demanda judicial em diversos estágios processuais, com a seguinte classificação de risco:

Risco	31/03/2014		31/12/2013		31/03/2013	
	Quantidade de processos	Valor Provisionado	Quantidade de processos	Valor Provisionado	Quantidade de processos	Valor Provisionado
Perda provável	273	5.054	339	3.729	331	3.580
Total	273	5.054	339	3.729	331	3.580

c) Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados:

	31/03/2014	31/12/2013	31/03/2013
DPVAT	28.465	17.643	21.121
Prestamistas	7.386	7.579	6.395
Vida em grupo	1.460	1.495	5.457
Acidentes pessoais coletivos	1.407	1.445	1.051
Desemprego/perda de renda	1.094	1.123	524
Rendas de eventos aleatórios	670	688	524
Seguro Habitacional – Prestamista	207	115	-
Seguro Habitacional – Demais Coberturas	73	46	-
Resseguros	74	38	14
Total	40.836	30.172	35.086

d) Provisão de Despesa Relacionada (1):

Consolidado	31/03/2014	31/12/2013	31/03/2013
Vida em grupo	339	349	-
Acidentes pessoais coletivos	148	154	-
Rendas de eventos aleatórios	123	126	-
Prestamista	122	121	-
Desemprego/Perda de renda	17	17	-
Total	749	767	-

(1) Conforme a Resolução CNSP nº 281 de jan/2013, a PAN Seguros deverá constituir, quando necessário a Provisão de Despesa Relacionada (PDR) para a cobertura de despesas relacionadas a sinistros, como o pagamento de indenização ou benefícios.

e) Outras provisões:

	31/03/2014	31/12/2013	31/03/2013
DPVAT	437	175	192
Outras Provisões Técnicas de Previdência Complementar	204	267	267
Total	641	442	459

Total das provisões técnicas – seguros e resseguros	194.864	182.937	159.578
--	----------------	----------------	----------------

f) Resultado com operações de seguros:

I - Receita de prêmios de seguros ganhos por ramo:

Ramos (1)	1º Trimestre de 2014	4º Trimestre de 2013	1º Trimestre de 2013
Danos pessoais (DPVAT)	15.946	6.676	13.195
Acidentes pessoais coletivos	2.126	2.060	2.171
Desemprego/perda de renda	1.674	1.760	2.114
Prestamista	26.047	24.323	12.097
Renda de eventos aleatórios	195	147	270
Vida em grupo	3	(115)	(87)
Seguro Habitacional – Prestamista	482	173	92
Seguro Habitacional – Demais coberturas	110	(59)	33
Microseguro	1	-	-
Total	46.584	34.967	29.885

(1) Resultado líquido da variação das provisões técnicas de prêmios.

II - Sinistros ocorridos por ramo

Ramo	1º Trimestre de 2014	4º Trimestre de 2013	1º Trimestre de 2013
DPVAT	14.103	5.693	11.530
Rendas de eventos aleatórios	124	632	350
Desemprego/perda de renda	(33)	1.069	418
Acidentes pessoais coletivos	(91)	137	118
Resseguros	37	33	7
Vida em grupo	(83)	(2.068)	183
Prestamista	2.776	3.795	1.581
Seguro Habitacional – Prestamista	269	100	62
Seguro Habitacional – Demais coberturas	45	13	3
Assistência	74	83	51
Total	17.221	9.487	14.303

24) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Composição do capital social em quantidade de ações:

O capital social, totalmente subscrito e integralizado em 31/03/2014, 31/12/2013 e 31/03/2013 é de R\$ 2.867.020, e está dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal.

	31/03/2014	31/12/2013	31/03/2013
Ordinárias	292.463.400	292.463.400	292.463.400
Preferenciais	242.612.675	242.612.675	242.612.675
Total	535.076.075	535.076.075	535.076.075

b) Reservas de lucros:

Reserva legal – Nos termos do estatuto social, o Banco PAN deve destinar 5% do lucro líquido de cada exercício social para a reserva legal. A reserva legal não poderá exceder 20% do capital integralizado do Banco PAN. Ademais, o Banco PAN poderá deixar de destinar parcela do lucro líquido para a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder a 30% do capital social.

Reserva para Integridade do Patrimônio Líquido – Nos termos do estatuto social, o saldo remanescente de lucros acumulados deve ser destinado a reserva para integridade do Patrimônio Líquido, que tem por fim assegurar recursos para atender às necessidades regulatória e operacional de valor de patrimônio líquido do Banco PAN, podendo ser convertida em capital autorizado, e poderá ser formada de acordo com proposta do Conselho de Administração, com até 100% do lucro líquido, não podendo ultrapassar o valor do capital social do Banco PAN.

c) Dividendos e juros sobre o capital próprio:

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo sobre o lucro líquido anual, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, atualizada pela Lei nº 11.638/07. Conforme deliberado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 18/01/2012, o percentual vigente em 31/03/2014 é de 30% e a partir de 30/04/2014 foi majorado para 35%.

25) RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

	1º Trimestre de 2014	4º Trimestre de 2013	1º Trimestre de 2013
Operações de crédito	42.545	48.610	45.380
Rendas de cartões	35.544	36.933	32.650
Rendas de serviços de cobrança	194	182	59
Administração de consórcios	2.130	2.915	6.367
Rendas de estruturação de operações / fundos	6	1.119	4.670
Rendas de comissão / intermediação	2.743	(1.665)	996
Outras	3.045	5.465	2.681
Total	86.207	93.559	92.803

26) DESPESAS DE PESSOAL

	1º Trimestre de 2014	4º Trimestre de 2013	1º Trimestre de 2013
Proventos	67.762	75.679	58.979
Encargos Sociais	20.557	22.074	18.960
Benefícios	14.238	15.131	12.901
Honorários	8.900	1.683	7.787
Outros	1.135	2.528	589
Total	112.592	117.095	99.216

27) OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	1º Trimestre de 2014	4º Trimestre de 2013	1º Trimestre de 2013
Comissões pagas a correspondentes bancários (1)	128.540	148.880	141.935
Serviços de terceiros	42.895	58.171	40.456
Processamento de dados	18.600	16.165	11.660
Serviços do sistema financeiro	18.941	17.336	20.955
Comunicações	10.654	14.129	9.016
Taxas e emolumentos	6.338	7.096	8.075
Propaganda, promoções e publicidade	5.288	5.586	9.520
Aluguéis	12.223	12.210	11.797
Transporte	1.428	2.431	1.779
Depreciação e amortização	6.434	6.715	4.492
Viagens	1.715	2.116	1.723
Manutenção e conservação de bens	2.922	2.738	2.982
Despesas com busca e apreensão de bens	2.551	3.531	6.172
Materiais de consumo	272	176	291
Administração de fundos	87	266	725
Outras	11.181	13.207	20.071
Total	270.069	310.753	291.649

(1) Inclui a amortização de despesas incorridas na aquisição da carteira de cartão de crédito consignado do Banco Cruzeiro do Sul S.A. no montante de R\$ 2.772 mil (nota 1).

28) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	1º Trimestre de 2014	4º Trimestre de 2013	1º Trimestre de 2013
Contribuição à Cofins	33.964	37.041	37.087
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS	7.927	8.588	8.191
Contribuição ao PIS	5.811	6.330	6.282
Impostos e taxas	2.135	3.076	774
Total	49.837	55.035	52.334

29) OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

a) Outras receitas operacionais:

	1º Trimestre de 2014	4º Trimestre de 2013	1º Trimestre de 2013
Amortização do deságio – BCS (1)	4.330	3.234	-
Recuperação de encargos e despesas	2.326	1.656	3.651
Atualização monetária de cessões de crédito a receber	724	887	1.641
Taxa de Registro de Cartórios – CDC (2)	40	111	11.604
Reversão de provisões	664	2.549	11.498
Benefício residual em operações securitizadas	1.304	3.351	-
Adesão ao Refis	-	29.186	-
Outras	13.328	15.541	12.784
Total	22.716	56.515	41.178

- (1) Refere-se a amortização parcial do deságio apurado na aquisição de carteira de cartão de crédito consignado do Banco Cruzeiro do Sul S.A. (Nota 1).
- (2) A partir de Abril de 2013, os valores recebidos de clientes pelo registro de contratos (CDC) em cartórios estão sendo contabilizados em outras obrigações, face representar uma obrigação para o Banco.

b) Outras despesas operacionais:

	1º Trimestre de 2014	4º Trimestre de 2013	1º Trimestre de 2013
Cessão de operações de crédito	94.498	150.038	46.853
Constituição de provisões	38.759	59.739	52.468
Prejuízo com operações de crédito/financiamento e fraudes dedutíveis	10.039	8.475	6.855
Variação monetária passiva	54.985	39.809	18.711
Impairment de ativos	-	1.679	-
Descontos concedidos	10.209	8.309	7.281
Amortização de ágio	6.263	6.264	6.263
Administração de Apólice de Seguros	-	57	-
Gravames (1)	5.055	4.679	4.395
Outras	9.614	36.925	5.354
Total	229.422	315.974	148.180

30) RESULTADO NÃO OPERACIONAL

	1º Trimestre de 2014	4º Trimestre de 2013	1º Trimestre de 2013
Resultado na alienação de outros valores e bens	(20.024)	(49.356)	(7.838)
Resultado na alienação de imobilizado	-	-	-
Desvalorização de outros valores e bens	5.598	47.189	(880)
Impairment de ativos não financeiros	-	(2.295)	-
Outros	72	157	57
Total	(14.354)	(4.305)	(8.661)

31) SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações com partes relacionadas (diretas e indiretas) são efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

a) A tabela a seguir demonstra os saldos e transações com partes relacionadas:

	31/03/2014 Ativo (passivo)	31/12/2013 Ativo (passivo)	31/03/2013 Ativo (passivo)	1º Trim/2014 Receitas (despesas)	4º Trim/2013 Receitas (despesas)	1º Trim/2013 Receitas (despesas)
Disponibilidades (a)						
Banco BTG Pactual S.A.	-	5	-	-	-	1.362
Caixa Econômica Federal	-	-	-	-	-	332
Total	-	5	-	-	-	1.694
<u>Aplicação interfinanceira de liquidez (b)</u>						
Banco BTG Pactual S.A.	-	49.999	-	598	3.282	(36.689)
Caixa Econômica Federal	-	-	414.999	224	3.397	-
Total	-	49.999	414.999	822	6.679	(36.689)
<u>Títulos e valores mobiliários (c)</u>						
Banco BTG Pactual S.A.	74.073	86.563	76.463	(17.791)	3.147	-
Total	74.073	86.563	76.463	(17.791)	3.147	-
<u>Cessão de crédito (d)</u>						
Caixa Econômica Federal	230.781	189.985	103.435	-	-	-
Total	230.781	189.985	103.435	-	-	-
<u>Outros créditos (e)</u>						
Caixa Econômica Federal	12.789	-	770	-	-	-
Banco BTG Pactual S.A.	-	-	1.303.260	-	-	-
BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM	-	58	-	-	-	-
Total	12.789	58	1.304.030	-	-	-
<u>Depósitos interfinanceiros (f)</u>						
Banco BTG Pactual S.A.	(1.983.343)	(1.308.963)	(1.304.438)	(14.711)	(31.156)	(20.353)
Caixa Econômica Federal	(5.046.625)	(4.977.657)	(2.774.359)	(39.565)	(91.054)	(62.039)
Total	(7.029.968)	(6.286.620)	(4.078.797)	(54.276)	(122.210)	(82.392)
<u>Obrigações por operações compromissadas (g)</u>						
Banco BTG Pactual S.A.	-	-	-	(122)	-	(921)
Caixa Econômica Federal	-	-	(200.041)	-	-	(309)
Total	-	-	(200.041)	(122)	-	(1.230)
<u>Recursos de letras imobiliárias, agronegócio e financeiras (h)</u>						
Banco BTG Pactual S.A.	(393.463)	(353.819)	-	(2.628)	(18.916)	-
Pessoal chave da administração	-	-	(8.653)	-	-	(60)
Total	(393.463)	(353.819)	(8.653)	(2.628)	(18.916)	(60)
<u>Instrumentos Financeiros Derivativos (i)</u>						
Banco BTG Pactual S.A.	-	-	-	-	24.544	-
Total	-	-	-	-	24.544	-
<u>Outras Obrigações (j)</u>						
Caixa Econômica Federal	-	(70)	(30.007)	-	-	-
Banco BTG Pactual S.A.	-	-	(605.250)	-	(23)	-
BTG Pactual Gestora de Recursos LTDA.	-	-	-	-	74	-
BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM	-	-	-	-	-	-
Total	-	(70)	(635.257)	-	51	-
<u>Outras despesas administrativas (k)</u>						
Caixa Econômica Federal	-	-	-	-	-	(26)

Caixa Seguradora S.A.	-	-	-	-	(3)	-
Banco BTG Pactual S.A.	-	-	-	(412)	-	(92)
BTG Pactual Corretora	-	(23)	-	(9)	(106)	-
Tecban S.A	-	-	-	(212)	(144)	(141)
Câmara Interbancária de Pagamentos	-	-	-	(168)	(175)	-
Total	-	(23)	-	(801)	(428)	(259)
Resultado obtido na cessão de crédito (l)						
Caixa Econômica Federal	-	-	-	160.645	224.953	300.812
Total	-	-	-	160.645	224.953	300.812

- (a) Refere-se a conta corrente da Ourinvest Real Estate Holding;
- (b) Referem-se a aplicações do Banco PAN com taxas equivalentes às do CDI;
- (c) Referem-se a aplicações de cotas de fundos de investimento da PAN Seguros com a Caixa Econômica Federal e BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM, e derivativos no caso do Banco BTG Pactual S.A.
- (d) Refere-se à cessão de crédito a receber sem coobrigação;
- (e) Referem-se a valores de cobrança a receber arrecadados a serem repassados e carteira de câmbio;
- (f) Referem-se à captação por meio de depósitos interfinanceiros com taxas equivalentes antes às do CDI;
- (g) Referem-se a operações compromissadas com ligadas;
- (h) Refere-se à captação por meio de letras de créditos de agronegócios, letras imobiliárias e letras financeiras com taxas em média de 94% do CDI ;
- (i) Referem-se á operações de Swap
- (j) Referem-se a liquidação de parcelas antecipadas de cessão de crédito e câmbio vendido a liquidar;
- (k) Referem-se a outras despesas administrativas de serviços prestados por empresas ligadas; e
- (l) Refere-se ao resultado obtido na cessão de crédito.

b) Remuneração dos Administradores:

No Banco PAN, foi definido em Assembleia Geral Ordinária de 30/04/2013, o valor máximo de remuneração dos administradores para o ano de 2014 no montante de R\$ 29.445 (R\$ 29.500 em 31/12/2013 e 31/03/2013) (despesas de honorários).

• Benefícios de curto prazo a administradores (1)

	1º Trimestre de 2014	4º Trimestre de 2013	1º Trimestre de 2013
Despesas de honorários	8.900	1.683	7.787
Contribuição ao INSS	2.002	71	1.477
Total	10.902	1.754	9.264

(1) Registrado na rubrica de "Despesas de pessoal".

O Banco PAN não possui benefícios de longo prazo de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para seus administradores.

• Outras informações

Conforme legislação em vigor, as instituições financeiras não podem conceder empréstimos ou adiantamento para:

- I. Diretores e membros dos conselhos consultivos ou administrativos, fiscais e semelhantes, bem como aos respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau;
- II. Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%; e
- III. Pessoas jurídicas de cujo capital participem, com mais de 10%, a própria instituição financeira, quaisquer diretores ou administradores da própria instituição, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau.

32) INSTRUMENTOS FINANCEIROS

- **Gestão de Riscos**

O Banco PAN possui exposição em ativos e passivos envolvendo instrumentos financeiros derivativos, cujos registros são efetuados em contas patrimoniais, de resultado e de compensação.

A Administração do Banco PAN é responsável por estabelecer a política de risco e os limites de exposição. A responsabilidade por identificar, avaliar, monitorar e informar o cumprimento das diretrizes de risco estabelecidas pela Administração é da Diretoria de Controladoria e Compliance que mantém relação de independência em relação às áreas de negócios e de operações.

- **Gestão do Capital**

O Banco PAN considera a gestão de capital como um processo estratégico que é executado de forma a otimizar o consumo do capital disponível, contribuindo para o alcance dos objetivos da Instituição e sempre dentro dos limites de capital estabelecidos pelo órgão regulador.

A estrutura de gerenciamento de capital do Banco PAN é compatível com a natureza de suas operações, com a complexidade de seus produtos e serviços e com sua exposição a riscos, e abrange todas as empresas do Conglomerado Financeiro do grupo.

O gerenciamento de capital é o processo contínuo de (i) monitoramento e controle do capital; (ii) avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos da Instituição; e (iii) planejamento de metas e necessidade de capital. É realizado de acordo com os objetivos estratégicos do Banco PAN, as oportunidades de negócios e o ambiente regulatório.

O Banco PAN realiza sua gestão de capital de forma prospectiva e tempestiva, alinhado às melhores práticas e aderentes às recomendações emitidas pelo Comitê de Basileia, através de políticas e estratégias que antecipam a necessidade de capital decorrente de possíveis alterações nas condições de mercado e que são avaliadas periodicamente pela Diretoria e pelo Conselho de Administração.

LIMITE OPERACIONAL - ACORDO DA BASILEIA

Ao longo de 2013, o Banco Central divulgou um conjunto de resoluções e circulares que passaram a valer a partir de outubro de 2013, com recomendações do Comitê de Supervisão Bancária de Basileia (BCBS) ao sistema bancário mundial no que tange os requerimentos de capital exigido. Dentre as medidas prudenciais emitidas neste pacote de normas, conhecido como Basileia III, destacam-se aquelas referentes à apuração do Patrimônio de Referência (PR), através dos ajustes prudenciais, e aos requerimentos mínimos de capital, que tiveram novas alterações.

O Pan atende aos critérios mínimos de capital definidos pelas resoluções 4.192/13 e 4.193/13. No cálculo das parcelas de capital exigido, tomam-se como base a circular 3.644/13 para o risco de crédito, as circulares 3.634/13 a 3.639/13, 3.641/13 e 3.645/13 para o risco de mercado, e a circular 3.640/13 para o risco operacional.

O quadro a seguir apresenta os indicadores de capital, incluindo o Patrimônio de Referência (PR) e os novos índices de capital que devem ser observados. Ressalta-se que, de outubro/13 a dezembro/14, o capital será calculado com base somente no Conglomerado Financeiro e, a partir de janeiro/15, com base no Conglomerado Prudencial. Portanto, não serão mais apurados e apresentados os valores de capital referentes ao Consolidado Econômico-Financeiro (CONEF).

Demonstra-se a seguir o cálculo dos Indicadores de Capital do Conglomerado Financeiro.

Base de Cálculo – Índice de Basileia	Basileia III	Basileia III	Basileia II
	31/03/2014	31/12/2013	31/03/2013
	Financeiro	Financeiro	Financeiro
Patrimônio de referência nível I	1.236.710	1.497.333	1.610.602
Capital Principal	1.236.710	1.497.333	1.610.602
Patrimônio de referência nível II	1.065.416	1.075.166	803.290
Patrimônio de referência para comparação com o RWA	2.302.126	2.572.499	2.387.533
Patrimônio de referência	2.302.126	2.572.499	2.413.892
- Risco de crédito	17.226.189	17.104.402	14.280.575
- Risco de mercado	254.149	516.241	456.429
- Risco operacional	1.623.068	1.525.266	1.950.093
Ativo ponderado pelo risco – RWA	19.103.406	19.145.909	16.687.096
Índice de Basileia	12,05%	13,44%	14,31%
Capital nível I	6,47%	7,82%	9,81%
Capital principal	6,47%	7,82%	9,81%

- **Risco de Crédito**

Define-se o risco de crédito como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

A gestão de risco de crédito é composta por políticas e estratégias de gerenciamento de risco de crédito, limites operacionais, mecanismos de mitigação de risco e procedimentos destinados a manter a exposição ao risco de crédito em níveis aceitáveis pela instituição.

- **Risco de Mercado**

Refere-se à possibilidade de perdas associadas à oscilação de taxas, descasamentos de prazos e moedas das carteiras ativas e passivas do Consolidado. Esses riscos são gerenciados diariamente por meio de metodologias aderentes às melhores práticas.

As operações estão expostas aos seguintes fatores de risco: taxa de juros prefixada, taxa de juros vinculada à variação cambial e seu respectivo *spot*, taxa de juros vinculada aos índices de preço (INPC, INCC, IPCA e IGPM), além de outras taxas de juros (TR), à variação cambial (US\$) e variações dos preços de ações.

Os instrumentos financeiros são segregados nas seguintes Carteiras:

Carteira Trading: consiste em todas as operações com instrumentos financeiros, inclusive derivativos, detidas com intenção de negociação ou destinadas a *hedge* de outros instrumentos da carteira de negociação. As operações detidas com intenção de negociação são aquelas destinadas à revenda, obtenção de benefícios dos movimentos de preços, efetivos ou esperados, ou realização de arbitragem; e

Carteira Banking: todas as operações não classificadas na carteira *trading*. Consistem nas operações estruturais provenientes das linhas de negócio da Organização e seus eventuais *hedges*.

Análise de Sensibilidade em 31/03/2014

Fatores de Risco	Carteira <i>Trading e Banking</i> Exposições sujeitas à variação:	CENÁRIOS (*)		
		(1) Provável	(2) Possível	(3) Remoto
Taxas de Juros	Taxas de Juros Prefixadas	(1.492)	(461.390)	(943.944)
Cupom Outras Taxas de Juros	Taxas de Cupom de Taxas de Juros	(625)	(143.256)	(257.807)
Cupom de Índice de Preços	Taxas de Cupom de Índice de Preços	(767)	(114.820)	(213.709)
Renda Variável	Preço de Ações	(230)	(5.742)	(11.483)
Moeda Estrangeira	Taxas de Câmbio	(254)	(6.341)	(12.682)
Cupom Cambial	Taxas de Cupom Cambial	(17)	(601)	(1.237)
Total em 31/03/2014		(3.385)	(732.150)	(1.440.862)
Total em 31/12/2013		(3.689)	(688.962)	(1.358.037)
Total em 31/03/2013		(4.409)	(836.478)	(1.767.243)

(*) Valores brutos de impostos.

A análise de sensibilidade foi efetuada a partir dos dados de mercado do último dia do mês de março de 2014, sendo considerados sempre os impactos negativos nas posições para cada vértice. Os efeitos desconsideram a correlação entre os vértices e os fatores de risco e os impactos fiscais.

Cenário 1: Foi aplicado o choque (aumento ou redução) de 1 ponto base (0,01%) na estrutura a termo de taxas de juros em todos os vértices/prazos. Exemplo: Taxa de 10% a.a. torna-se 10,01% a.a. ou 9,99% a.a. Para moedas estrangeiras e ações, foi considerado choque de 1% sobre o preço vigente.

Cenário 2: Foi aplicado o choque (aumento ou redução) de 25% nas taxas (aplicação do multiplicador de 1,25). Exemplo: Taxa de 10% a.a. torna-se 12,50% a.a. ou 7,50% a.a. Para moedas estrangeiras e ações, foi considerado choque de 10% sobre o preço vigente.

Cenário 3: Foi aplicado o choque (aumento ou redução) de 50% nas taxas (aplicação do multiplicador de 1,50). Exemplo: Taxa de 10% a.a. torna-se 15,00% a.a. ou 5,00% a.a. Para moedas estrangeiras e ações, foi considerado choque de 25% sobre o preço vigente.

É importante ressaltar que os resultados dos cenários (II) e (III) referem-se a simulações que envolvem fortes situações de stress, não sendo considerados fatores de correlação entre os indexadores. Eles não refletem eventuais mudanças ocasionadas pelo dinamismo de mercado, consideradas como baixa probabilidade de ocorrência, e também, por ações que possam vir a ser tomadas pela própria Instituição para reduzir eventuais riscos envolvidos.

EXPOSIÇÃO CAMBIAL

A seguir, são apresentados os ativos e passivos vinculados a moedas estrangeiras em 31/03/2014, 31/12/2013 e 31/03/2013.

Ativos – Dólar	31/03/2014	31/12/2013	31/03/2013
Operações de crédito (ACC/CCE)	635.081	688.113	567.510
Outros Recebíveis	24.586	24.912	1.308.970
Total Ativos	659.667	713.025	1.876.480

Passivos – Dólar	31/03/2014	31/12/2013	31/03/2013
Dívida subordinada	1.232.993	1.243.306	1.140.467
Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior	659.313	687.904	584.654
Obrigações por empréstimos no exterior	346.110	238.391	312.838
Cambio vendido a liquidar	-	-	604.140
Total Passivos	2.238.416	2.169.601	2.642.099

O Banco PAN utiliza instrumentos financeiros derivativos essencialmente com finalidade de *hedge* com o propósito de atender as suas necessidades no gerenciamento de riscos de mercado, decorrentes dos descasamentos entre moedas, indexadores, prazos de suas carteiras e arbitragem.

Em 31/03/2014, 31/12/2013 e 31/03/2013, a posição dos instrumentos financeiros derivativos, em moeda estrangeira, estava apresentada como segue:

	Valor de Referência			Valor de Mercado		
	31/03/2014	31/12/2013	31/03/2013	31/03/2014	31/12/2013	31/03/2013
Ativos - Dólar						
<i>Swap</i>	1.642.015	1.936.677	1.730.975	2.451.825	2.770.656	2.373.268
DDI	5.598	35.691	29.772	12	234	29.772
DOL	148.067	66.586	-	(174)	-	-
Total	1.795.680	2.038.954	1.760.747	2.451.663	2.770.890	2.403.040
Passivos - Dólar						
<i>Swap</i>	165.635	235.504	36.060	167.729	257.106	37.804
DDI	505.804	573.250	241.169	(580)	(3.801)	241.169
DOL	148.067	66.586	75.117	82	(160)	75.117
NDF	5.318	5.318	708.700	5.221	5.394	706.475
Total	824.824	880.659	1.061.046	172.452	258.539	1.060.565

- **Risco de Liquidez**

O Risco de Liquidez é definido como a possibilidade de a Instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e ainda, a possibilidade de a Instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade nos mercados.

São realizados acompanhamentos constantes da situação de liquidez, dos descasamentos entre os fatores de risco primários, taxas e prazos dos ativos e passivos da carteira.

O Banco PAN mantém níveis de liquidez adequados, resultante da qualidade dos seus ativos, e do controle do risco, em consonância com a Política de Gerenciamento do Risco de Liquidez estabelecida e as exigências das demandas regulatórias do CMN (Resoluções nº 2.804/00 e 4.090/12). Os resultados das análises dos *gaps* de Liquidez são apresentados quinzenalmente no Comitê de Tesouraria.

- **Risco Operacional**

Refere-se à possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Essa definição inclui o risco legal que é o risco associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela Instituição, bem como as sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição.

De forma a atender aos princípios da Resolução CMN nº 2.554/98 e o Inciso III do art. 9º da Resolução CMN nº 3.380/06, o Conglomerado possui estrutura organizacional independente e responsável pelo gerenciamento e controle dos riscos operacionais. A área de Controles Internos, Compliance e Risco Operacional é responsável também pelas atividades de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e de Continuidade dos Negócios.

Em atendimento aos requisitos estabelecidos pela Circular BACEN nº 3.477/09, estão sendo disponibilizadas as informações sobre o processo de gerenciamento de riscos, que podem ser consultadas no site www.bancopan.com.br/ri, Relatório de Gerenciamento de Riscos.

- **Valor de Mercado**

O valor contábil líquido dos principais instrumentos financeiros está apresentado a seguir:

Item	31/03/2014			31/12/2013		
	Valor Contábil	Valor de Mercado	Resultado não realizado	Valor Contábil	Valor de Mercado	Resultado não realizado
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros	1.505.639	1.492.106	(13.533)	1.522.621	1.500.105	(22.516)
Derivativos						
- Ajuste de títulos para negociação	132.339	132.339	-	133.569	133.569	-
- Ajuste de títulos disponíveis para venda	903.002	903.002	-	931.449	931.449	-
- Ajuste de títulos mantidos até o vencimento	470.298	456.765	(13.533)	457.603	435.087	(22.516)
Operações de Crédito e de arrendamento mercantil	15.816.511	16.291.767	475.256	15.158.260	15.736.932	578.672
Depósitos a prazo	2.511.934	2.904.790	(392.856)	2.682.872	3.168.668	(485.796)
Depósitos Interfinanceiros	7.189.340	7.188.971	369	6.404.375	6.359.914	44.461
Recursos de emissão de títulos	5.413.965	5.007.995	405.970	5.124.746	4.868.544	256.202
Obrigações por empréstimos	447.557	346.366	101.191	339.849	239.141	100.708
Dívidas Subordinadas	1.354.565	1.738.270	(383.705)	1.360.627	1.751.470	(390.843)
Lucro não realizado sem efeitos fiscais			192.692			80.888

Determinação do valor de mercado dos instrumentos financeiros:

- Títulos e Valores Mobiliários, Dívidas Subordinadas, Instrumentos Financeiros Derivativos, tem seu valor de mercado baseado em cotações de preços de mercado na data do balanço. Na inexistência de cotações a mercado o seu valor será determinado por marcação a modelo ou por instrumentos equivalentes;
- Para operações de crédito ou de arrendamento mercantil seu valor a mercado é determinado descontando-se o fluxo futuro pelas taxas praticadas a mercado em operações equivalentes na data do balanço;
- Depósitos a prazo, depósitos interfinanceiros e obrigações por empréstimos e repasses tem seu valor de mercado calculado aplicando-se sobre o estoque vigente as taxas praticadas para instrumentos equivalentes na data deste balanço.

33) BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Em 04/12/2013 o Banco PAN iniciou processo junto a SUSEP para a retirada de patrocínio do Plano de Benefícios V do Grupo Silvio Santos (nos termos da Resolução CNPC 11/2013), que será submetido à aprovação da PREVIC (Superintendência Nacional de Previdência Complementar). Somente após verificar a conformidade das condições e dos cálculos apresentados no processo, é que a PREVIC concederá sua aprovação. Até lá, o plano terá funcionamento normal com contribuições mensais. No trimestre findo em 31/03/2014, o montante dessa contribuição foi de R\$ 149 (R\$ 170 no trimestre findo em 31/03/2013).

Essa medida foi definida devido ao fato do Banco não fazer mais parte do mesmo grupo econômico das empresas que compõem o Plano de Benefícios V do Grupo Silvio Santos, e também por não fazer de política/plano de benefícios adotado pela instituição.

Em linha com as melhores práticas de mercado, o Banco PAN oferece benefícios sociais aos seus empregados, dentre os quais: (a) Assistência Médica; (b) Assistência Odontológica; (c) Seguro de Vida; (d) Vale Refeição e (e) Vale Alimentação. O montante dessas despesas totalizou no trimestre findo em 31/03/2014 a R\$ 14.346 (R\$ 12.966 no trimestre findo em 31/03/2013).

34) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social:

	1º Trimestre de 2014	4º Trimestre de 2013	1º Trimestre de 2013
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	(133.424)	(151.647)	58.127
Encargos/créditos total do imposto de renda e contribuição social, de acordo com as alíquotas vigentes (1)	51.326	60.033	(20.005)
Efeito no cálculo dos tributos:			
Ajuste de Crédito Tributários de Exercícios Anteriores	-	(3.266)	-
Crédito tributário de períodos anteriores não constituídos	-	(171.960)	1.098
Ativação de créditos tributários de exercícios anteriores	-	10	-
Outros valores (2)	3.465	83.885	(214)
Receita de Imposto de renda e contribuição social do período	54.791	(31.298)	(19.121)

- (1) A alíquota da contribuição social para as empresas dos segmentos financeiros e de seguros foi elevada para 15%, de acordo com a Lei nº 11.727/08, permanecendo em 9% para as demais empresas (nota 3n); e
- (2) Os outros valores em 31/12/2013 representa principalmente o ganho de REFIS não tributado conforme MP 627/13 de R\$ 79.842 (R\$ 83.888 no consolidado).

b) Origem e movimentação dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos:

	Consolidado			
	Saldo em 31/12/2013	Constituição	Realização	Saldo em 31/03/2014
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.033.962	94.880	(28.629)	1.100.213
Provisão para contingências cíveis	65.325	10.071	(10.195)	65.201
Provisão para contingências fiscais (Pis e Cofins)	21.161	465	-	21.626
Provisão para contingências trabalhistas	23.016	6.689	(625)	29.080
Provisão para contingências tributárias	8.500	2.308	-	10.808
Provisão para desvalorização de bens não de uso próprio	20.999	10.160	(10.214)	20.945
Ajuste de marcação a mercado de derivativos	31.205	2.354	(4.970)	28.589
Provisão para Gratificação de funcionários/PLR	14.639	4.934	(14.616)	4.957
Outras provisões	91.751	11.159	(14.887)	88.023
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	1.310.558	143.020	(84.136)	1.369.442
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social (1)	1.497.901	766	(4.025)	1.494.642
Lucros não realizados e demais ajustes de consolidação dos créditos cedidos aos FIDCs	2.129	-	(2.129)	-
Total dos créditos tributários	2.810.588	143.786	(90.290)	2.864.084
Obrigações fiscais diferidas (Nota 34e)	(145.271)	-	13.221	(132.050)
Créditos tributários líquidos das obrigações fiscais diferidas	2.665.317	143.786	(77.069)	2.732.034

c) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social:

A projeção de realização do crédito tributário foi elaborada com base em revisão do estudo do cenário atual e futuro, efetuada em dezembro/13, cujas premissas principais utilizadas nas projeções foram os indicadores macroeconômicos, indicadores de produção e custo de captação, o ingresso de recursos por meio do reforço de capital e realização de ativos. Referida projeção de realização de crédito tributário, incluindo as premissas adotadas, foram aprovadas pelo Conselho de Administração do Banco em 17/02/2014.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos serão realizados à medida que as diferenças temporárias sejam revertidas ou se enquadrem nos parâmetros de dedutibilidade fiscal ou quando os

prejuízos fiscais, que parcialmente estão sendo discutidos em âmbito administrativo com excelentes perspectivas de êxito para o Banco, forem compensados.

Apresenta-se a seguir a estimativa de realização desses créditos:

	Diferenças temporárias			Prejuízo fiscal e base negativa			Lucros não realizados e demais ajustes de consolidação dos créditos cedidos aos FIDCs			Total		
	31/03/2014	31/12/2013	31/03/2013	31/03/2014	31/12/2013	31/03/2013	31/03/2014	31/12/2013	31/03/2013	31/03/2014	31/12/2013	31/03/2013
2013	-	-	802.114	-	-	59.791	-	-	739	-	-	862.644
2014	475.372	495.672	317.980	1.548	5.087	147.798	-	670	3.517	476.920	501.429	469.295
2015	429.049	427.518	50.588	33.271	35.266	187.674	-	493	5.745	462.320	463.277	244.007
2016	117.468	115.124	52.112	21.146	23.061	228.352	-	158	8.439	138.614	138.343	288.903
2017	110.847	110.391	60.741	109.890	111.850	119.389	-	184	6.028	220.737	222.425	186.158
2018	221.805	143.981	2.105	125.536	126.186	255.403	-	100	1.542	347.341	270.267	259.050
2019	2.149	1.905	3.832	183.085	181.420	402.273	-	203	123	185.234	183.528	406.228
2020	5.229	8.385	4.056	214.908	213.055	175.468	-	284	167	220.137	221.724	179.691
2021	20	20	-	251.866	249.804	3.980	-	26	55	251.886	249.850	4.035
2022	524	7.562	-	266.487	262.012	-	-	11	25	267.011	269.585	25
2023	6.979	-	-	165.432	165.618	-	-	-	-	172.411	165.618	-
Total	1.369.442	1.310.558	1.293.528	1.373.169	1.373.359	1.580.128	-	2.129	26.380	2.742.611	2.686.046	2.900.036

Em 31/03/2014, o valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação, totalizava R\$ 1.666.569 (R\$ 1.632.826 em 31/12/2013 e R\$ 2.058.171 em 31/03/2013).

Conforme § 2º do Art. 5º da Resolução CMN nº 3.059/02, os créditos tributários originados de prejuízo fiscais ocasionados pela exclusão das receitas de superveniência de depreciação no montante de R\$ 121.473, não estão sujeitos a geração de lucros baseada em estudo técnico.

d) Créditos tributários não ativados:

Em 31/03/2014, o Consolidado possuía prejuízos fiscais de aproximadamente R\$ 1.220.245 (R\$ 1.220.245 em 31/12/2013 e R\$ 782.172 em 31/03/2013), sobre os quais não foram registrados créditos tributários no montante de R\$ 488.096 (R\$ 488.096 em 31/12/2013 e R\$ 312.869 em 31/03/2013), em virtude de não atender todas as condições estabelecidas pelo BACEN para o registro do referido crédito.

e) Obrigações fiscais diferidas:

Consolidado	Saldo em 31/12/2013	Constituição	Realização	Saldo em 31/03/2014
Ajuste a valor de mercado de instrumentos financeiros derivativos	(8.573)	-	4.085	(4.488)
Superveniência de depreciação	(136.698)	-	9.136	(127.562)
Total	(145.271)	-	13.221	(132.050)

35) OUTRAS INFORMAÇÕES

- a) Os avais e fianças concedidos totalizam R\$ 20.375 no 1º trimestre de 2014 (R\$ 18.484 em 31/12/2013);
- b) O Banco PAN e suas controladas têm como política segurar seus valores em espécie, cheques recebidos em garantia e bens em montantes considerados adequados para cobertura de eventuais sinistros;
- c) Em 31/03/2014 e 31/03/2013, o Banco PAN e suas controladas não possuíam contratos de arrendamento mercantil para aquisições próprias;
- d) A partir de 01/01/2012, entrou em vigor a Resolução CMN nº 4.036/11 que faculta o diferimento do resultado líquido negativo decorrente de renegociação de operação de crédito anteriormente cedida. O prazo máximo para o diferimento deve ser 31/12/2015 ou o prazo de vencimento da operação renegociada, dos dois o menor, observado o método linear. A Resolução passou a produzir efeitos a partir de 01/01/2012. O Banco PAN não utiliza a faculdade prevista nesta Resolução;
- e) O Banco PAN, a fim de usufruir dos benefícios instituídos pelo artigo 39, inciso I da Lei nº 12.865 de 9/10/2013, com alterações da MP 627 de 11/11/2013, aderiu ao Programa de Recuperação Fiscal ("REFIS") referente às contribuições ao PIS e COFINS do período compreendido entre os anos de 2006 e 2012.

Desta forma, em 28/11/2013 foram realizados os pagamentos à vista da importância de R\$ 536,2 milhões no Banco PAN e R\$ 28,9 milhões na PAN Seguros totalizando R\$ 565,1 milhões, se beneficiando da redução de 100% (cem por cento) dos juros, juros sobre multas, e multas aplicados sobre os valores das respectivas contribuições, correspondentes à R\$ 288,9 milhões no Banco PAN e R\$ 17,5 milhões na PAN Seguros totalizando R\$ 306,4 milhões e pôs fim à discussão judicial que possuíam sobre o tema. Os resultados positivos apurados foram de R\$ 21,4 milhões no Banco PAN e R\$ 7,7 milhões na PAN Seguros; e

- f) O Banco PAN comunica a seus investidores que conforme comunicado em Assembleia Geral de Cotistas realizada no dia 21/10/2013, os FIDCs Master CDC Veículos e Autopan CDC Veículos foram liquidados em 20/01/2014; e
- g) O Banco PAN celebrou acordo junto a investidores relativamente a 13 CDBs de emissão da própria instituição, no valor corrigido até 31/12/2013 por suas taxas de emissão de R\$ 500,4 milhões, que eram contestados em juízo, para encerramento do litígio em relação a tais CDBs. Como resultado deste acordo, o Banco PAN apurou ganho contábil imediato de R\$ 84,5 milhões e, além disso, deixará de ter despesas futuras de juros relativos a tais CDBs de R\$ 285,7 milhões até os seus respectivos vencimentos.
- h) Medida Provisória nº 627: em 11/11/2013 foi publicada a Medida Provisória nº 627 (MP 627/13) que altera a legislação tributária federal sobre IRPJ, CSLL, PIS e COFINS. A referida MP 627/13 dispõe, entre outros assuntos, sobre:
- ✓ a revogação do Regime Tributário de Transição - RTT, instituído pela Lei nº 11.941, de 27/05/2009; e
 - ✓ Considerando-se que a referida MP 627 possui um número relevante de emendas propostas e que a Receita Federal do Brasil deverá, de acordo com a mesma MP, disciplinar diversas matérias é possível que algumas das suas disposições sejam alteradas e/ou esclarecidas. Em uma avaliação preliminar, não haverá impactos relevantes para a Organização.
- i) Acordos de Compensação e Liquidação de Obrigações – Resolução CMN 3.263/05: O Banco PAN possui acordos de compensação e liquidação de obrigações no âmbito do Sistema Financeiro Nacional (SFN), firmados com pessoas jurídicas integrantes ou não do SFN. O objetivo da resolução é permitir a compensação de créditos e débitos mantidos com uma mesma contraparte, onde os vencimentos dos direitos e obrigações podem ser antecipados para a data em que ocorrer o evento de inadimplência por uma das partes ou em caso de falência do devedor.

Declaração da Diretoria

Em observância às disposições constantes da Instrução CVM nº 480/09, a Diretoria do Banco PAN declara que discutiu, reviu e concordou com as informações trimestrais consolidadas referente ao trimestre findo em 31/03/2014.

Declaração da Diretoria

Em observância às disposições constantes da Instrução CVM nº 480/09, a Diretoria do Banco PAN declara que discutiu, reviu e concordou com a conclusão expressa no relatório dos auditores independentes referente às informações trimestrais consolidadas referentes ao trimestre findo em 31/03/2014.

São Paulo, 05 de maio de 2014

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente

Jorge Fontes Hereda

Vice – Presidente

André Santos Esteves

Conselheiros

José Luiz Acar Pedro

Antonio Carlos Porto Filho

Roberto Balls Sallouti

Fábio Lenza

Marcos Roberto Vasconcelos

Marcos Antonio Macedo Cintra

Mateus Affonso Bandeira

João Cesar de Queiroz Tourinho

Fábio de Barros Pinheiro

DIRETORIA

Diretor Presidente

José Luiz Acar Pedro

Diretores

Alex Sander Moreira Gonçalves

Jose Luiz Trevisan Ribeiro ⁽¹⁾

Carlos Eduardo Guimarães

Eduardo Almeida Prado

Eduardo Nogueira Domeque

Leandro de Azambuja Micotti

Maurício Antônio Quarezemin

Paulo Alexandre da Graça Cunha

CONSELHO FISCAL

Paulo Roberto Salvador Costa

Daniela Maluf Pfeiffer

Glauben Teixeira de Carvalho

COMITÊ DE AUDITORIA

Adilson Rodrigues Ferreira

Almir José Meireles

Marcelo Yugue

CONTADOR

Gregório Moreira Franco

CRC 1SP219426/O-2

(1) Em fase de homologação pelo Banco Central.

**Banco Panamericano S.A.
e empresas controladas**
**Informações financeiras intermediárias em
31 de março de 2014 e relatório de revisão dos
auditores independentes**

(DC0) Informação Pública

Relatório de revisão das Informações Trimestrais

Aos Administradores e Acionistas
Banco Panamericano S.A.

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, consolidadas, do Banco Panamericano S.A. e de suas controladas ("Consolidado) em 31 de março de 2014, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o trimestre findo nessa data, incluindo o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração dessas informações contábeis intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Banco Panamericano S.A.

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias, consolidadas, acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais.

Ênfase

Créditos tributários diferidos

Conforme descrito na nota 34, existem em 31 de março de 2014 créditos tributários reconhecidos no ativo, no valor de R\$ 2,8 bilhões no Banco Panamericano S.A. e empresas controladas, reconhecidos com base em projeção para a realização de créditos tributários de longo prazo. Essa projeção de realização do crédito tributário foi revisada pela administração do Banco com base em estudo do cenário atual e futuro efetuada em dezembro de 2013, cujas premissas principais utilizadas foram os indicadores macroeconômicos, de produção, custo de captação, o ingresso de recursos por meio do reforço de capital e realização de ativos. Essas novas projeções para a realização desses créditos tributários foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 17 de fevereiro de 2014. A realização desses créditos tributários, no período estimado de realização, depende da materialização dessas projeções e do plano de negócios na forma como aprovados pelos órgãos da Administração. Nossa revisão não está ressalvada em função deste assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

Revisamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), consolidadas, referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2014 e ao período de três meses findo em 31 de dezembro de 2013, preparadas sob a responsabilidade da administração da Instituição, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias consolidadas referidas no parágrafo de introdução, tomadas em conjunto.

Banco Panamericano S.A.

Informações suplementares

Os valores referentes ao balanço patrimonial consolidado em 31 de março de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa referentes ao primeiro trimestre de 2013, estão sendo apresentadas pela administração do Banco para propiciar informações suplementares sobre o Banco Panamericano S.A. e empresas controladas. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias consolidadas referidas no parágrafo de introdução, tomadas em conjunto.

São Paulo, 05 de maio de 2014

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Edison Arisa Pereira
Contador CRC 1SP127241/O-0